



UFRJ

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

ISIS CARVALHO FAGUNDES

**COSTURANDO OS SENTIDOS DA MATERNIDADE NA SOCIEDADE
CAPITALISTA: uma reflexão interseccional com os marcadores de raça e
gênero**

Rio de Janeiro
Janeiro de 2023

ISIS CARVALHO FAGUNDES

**COSTURANDO OS SENTIDOS DA MATERNIDADE NA SOCIEDADE
CAPITALISTA: uma reflexão interseccional com os marcadores de raça e
gênero**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de bacharel em Serviço Social, sob a orientação de Mably Trindade.

Rio de Janeiro
Janeiro de 2023

ISIS CARVALHO FAGUNDES

**COSTURANDO OS SENTIDOS DA MATERNIDADE NA SOCIEDADE
CAPITALISTA: uma reflexão interseccional com os marcadores de raça e
gênero**

TCC aprovado em: _____ de _____ de _____.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dra. Mably Jane Trindade Tenenblat – Orientadora
Universidade Federal do Rio de Janeiro – (UFRJ)

Prof. Dr. Daniel Campos
Universidade Federal do Rio de Janeiro – (UFRJ)

Prof. Dra. Joana Garcia
Universidade Federal do Rio de Janeiro – (UFRJ)

Dedicatória:

Dedico essa monografia a todas as mulheres da minha família que não puderam concluir os estudos. Esse sonho realizado eu divido com elas, mães em algum momento para mim.

Viver é um rasgar-se e remendar-se.

(Guimarães Rosa)

AGRADECIMENTOS

Em tempos de crises, precisamos de mais manifestações de amor. No decorrer da minha graduação, mudei de fora para dentro, e de dentro para fora. Na minha maior mudança, gerei uma vida dentro de mim e, com ela, o amor vigorosamente nasceu.

É com esse amor que escrevo com gratidão meus agradecimentos. Antes de tudo, reconheço minha força e meu mérito em persistir mesmo em meio a tantos devaneios frustrados. Em especial, agradeço a minha inspiração, meu filho Raphael, por ser o motim que desperta minha teimosia crítica e politizada.

Agradeço a minha família, em sobremaneira a minha mãe, base que entusiasma a todos, ao meu pai, afinco com seus cuidados, ao meu irmão, na sutileza de suas simpatias.

Agradeço ainda a minha família, a minha tia Deise, pela travessura gentil e carinhosa que afeiçoa, às minhas avós, Eliette e Lenyr pelos agrados e zelos que emanam com excepcionalidade suas virtudes.

Agradeço ao meu bem, meu melhor amigo, Sheran Raphael, ao qual, com afeto inestimável e inefável sentimento apaixonado, desfruto e admiro toda benevolência e dengo de seu ser.

Agradeço também aos demais familiares e amigos que compartilharam comigo todas as fases até aqui, e que discretamente, contribuíram para quem eu venho me tornando. São influências significantes, que considero valiosas, à Janice, à minha cunhada Julliana, aos meus amigos, Mariana, Heriane e Lucas, por depositarem confiança em mim, com mútuo respeito e cuidado.

Agradeço à minha orientadora, Mably, por doar tempo para investir no meu conhecimento intelectual, com tamanha valorização. É com carinho que agradeço o seu apoio, incentivo e compreensão nesse percurso que só foi possível graças ao seu generoso acolhimento.

Agradeço ainda à banca examinadora, ao professor Daniel Campos e à professora Joana Garcia por serem, com excelência, minhas referências de docência.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CFCH	Centro de Filosofia e Ciências Humanas
CF	Clínica da Família
CMS	Centro Municipal de Saúde
COAA	Comissão de Orientação e Acompanhamento Acadêmico
ESS	Escola de Serviço Social
IHAC	Iniciativa Hospital Amigo da Criança
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MEC	Ministério da Educação
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
OTP	Orientação Teórico Prática
REHUF	Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais
SISREG	Sistema Nacional de Regulação
SPM/PR	Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República
SEPPIR/PR	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República
SUS	Sistema Único de Saúde
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UNICEF	Fundo de Emergência Internacional das Nações Unidas para a Infância
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UTI	Unidade de Terapia Intensiva

RESUMO

FAGUNDES, Isis Carvalho. COSTURANDO OS SENTIDOS DA MATERNIDADE NA SOCIEDADE CAPITALISTA: uma reflexão interseccional com os marcadores de raça e gênero. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, janeiro de 2023.

Na presente monografia, pretende-se refletir sobre os desafios enfrentados pela maternidade, considerando elementos como o machismo e as estruturas sexistas construídas historicamente em consonância com os marcadores de raça e gênero. Objetiva-se correlacionar, ainda, a construção histórica da maternidade – sobretudo, como tem sido compreendida no Brasil – com o patriarcado e o racismo. Nesse sentido, é importante destacar que a escolha desse tema possui a discussão de gênero imbricada à questão racial como elemento central do debate. Ademais, parte-se do pressuposto inicial de que além da sobrecarga exaustiva de conciliar a maternidade, os estudos, o trabalho e a ininterrupta rotina doméstica, as mulheres enfrentam inúmeras invisibilidades em seu cotidiano, frutos de uma cultura violenta, machista, patriarcal e marginalizadora. Assim, almeja-se conferir maior visibilidade às demandas por direitos dessas mulheres e mães, evidenciando limites e dificuldades na divisão das tarefas com o cuidado, sendo sempre (e inexoravelmente) repassadas à mulher, assim como as fragilidades do modelo de políticas sociais do último governo federal (2019-2022), marcado por traços anticientificistas, reacionários, conservadores e machistas. Por fim, busca-se, também, contribuir para uma reflexão crítica da maternidade, questionando tabus da sociedade relacionados ao profundo e enraizado “mito do amor materno”, que tudo pode e tudo supera.

Palavras-chave: Gênero. Raça. Classe. Maternidade. Serviço Social.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
A escolha do objeto de pesquisa	11
Metodologia de pesquisa	15
Estrutura do Trabalho de Conclusão de Curso	15
GÊNERO E RAÇA: LENTES PARA SE COMPREENDER O MUNDO	17
1.1 O Gênero em Debate	18
1.2 Algumas Reflexões sobre os Movimentos Feministas no Brasil	21
1.2.1 A Importância Social dos Movimentos Feministas	24
1.3 A Categoria Raça em Questão	27
ELEMENTOS PARA SE PENSAR A MATERNIDADE	31
2.1 A Indissociável Interseção entre Gênero e Raça	31
2.2 O Privilégio Branco	37
2.3 Ser Mãe: A Invisibilidade Feminina enquanto Ser Social	41
2.4 Monoparentalidade Feminina: Desafios impostos à Maternidade Solo	44
A MATERNIDADE ESCOLA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ)	47
3.1 Contextualização Histórica da Instituição	47
3.2 Estrutura Geral da Instituição (Organogramas)	51
3.3. Objetivos e Finalidades Institucionais	55
3.4 A História do Serviço Social na Maternidade Escola	55
CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
REFERÊNCIAS	63

INTRODUÇÃO

*Luta diária, fio da navalha, marcas? Várias
Senzalas, cesáreas, cicatrizes
Estrias, varizes, crises
Tipo Lulu, nem sempre é 'so easy'
Pra nós punk é quem amamenta, enquanto
enfrenta guerra, os tanque
As roupas suja, vida sem amaciante...*

(Emicida, 2015)¹.

A escolha do objeto de pesquisa

É importante assinalar que social e historicamente a sociabilidade capitalista traduz-se por um diagnóstico que recebe influências das relações sociais, raciais, de classes, gênero e de poder, que aparecem expressamente na reprodução da vida social em função do sistema capitalista.

Destacar esse aspecto é muito relevante, pois segundo os ensaios de bell hooks (2015, p. 195-196), “a luta de classes está indissolúvelmente ligada à luta para acabar com o racismo”, visto que a condição do *status* social, isto é, o viés de classe, por vezes, camufla as profundas lacunas frente aos espaços e acessos que impactam, sobremaneira, o exercício íntegro da própria figura da mulher, enquanto participante e protagonista de sua própria história de vida.

Tais pressupostos assumidos pelos discursos hegemônicos comportam a abstrata alienação que o senso comum corrobora, até porque compõem parte dessa estrutura e ideologia social racista, classista e sexista, que se refletem tão veemente na materialidade e subjetividade dos indivíduos. A ideia, portanto, é problematizar as ostensivas, inequívocas e hierárquicas relações de poder que envolvem os marcadores de gênero, classe e raça.

Hooks (idem, p. 197) assevera, ainda, que “o sexismo, como sistema de dominação, é institucionalizado, mas nunca determinou de forma absoluta o destino de todas as mulheres nesta sociedade”.

Nesse sentido, o presente trabalho de conclusão de curso propõe uma reflexão acerca dos principais desafios enfrentados pelo exercício da maternidade na sociedade capitalista, que costura sentidos evidentes,

¹ Canção intitulada “Mãe”, composta por Emicida, rapper, cantor e compositor. Letra completa disponível em: <https://www.letras.mus.br/blog/frases-emicida/>. Último acesso em 04 de janeiro de 2022.

inequívocos e hierárquicos de poder, envolvendo os marcadores de gênero, classe e raça.

Cumpre destacar, inicialmente, que é inevitável – e penso que bastante oportuno – mencionar o lugar de onde eu “falo”. A minha condição socioeconômica e experiências pessoais são fatores a serem ponderados neste debate, tendo em vista que meu percurso e minha permanência na educação formal, atualmente na graduação, têm sido muito distante da realidade de acesso à educação da população brasileira².

A minha história constitui-se, portanto, de privilégios, enquanto mulher cis, heterossexual, branca, de classe média e mãe, que conta, também, com o suporte de uma rede familiar.

Gostaria de mencionar, ainda, que ao me tornar mãe, deparei-me imersa nessa seara inédita – e nada romântica – da maternidade e passei a compreender com mais intensidade as ambiguidades e contradições intrínsecas a essa sociedade capitalista meritocrática, racista, patriarcal e conservadora.

No decorrer da minha experiência acadêmica, inclusive, enfrentei um imenso desafio, carregado de discriminação, pois, mesmo com a possibilidade de estar assistida pela licença-maternidade, – em prol da minha continuidade na universidade por meio de um regime de atividades domiciliares à distância –, a denominada licença-estudantil não foi efetivada inteiramente.

Consegui, ainda durante a gestação e sem nenhum tratamento prioritário, manter meu desempenho acadêmico. No entanto, no puerpério, o ambiente universitário mostrou-se inóspito e despreparado para acolher as estudantes mães.

À época, quando se iniciou o semestre, das cinco disciplinas nas quais eu estava inscrita, recebi somente o cronograma e a metodologia de duas docentes. Os demais, não por acaso três docentes do sexo masculino, sequer responderam aos meus e-mails, quando escrevi buscando informações a respeito das matérias.

² Historicamente, o acesso ao ensino superior esteve limitado pela enorme seletividade de seus estudantes, fruto, dentre outros motivos, tanto dos custos financeiros, demandados pela rede privada, quanto da elevada concorrência dos exames de ingresso à rede pública. Apesar do avanço observado no aumento da população com ensino superior completo, esse nível permanece restrito a 15,3% da população brasileira de 25 anos de idade ou mais (IBGE, 2018, p. 93).

Por fim, já passado mais da metade do período, solicitei a Comissão de Orientação e Acompanhamento Acadêmico (COAA) uma orientação para organizar meu ano letivo, e mesmo sob a ciência da coordenação do curso, não consegui cumprir o meu fluxograma em razão dessa negligência e fui constrangida pela pressão da minha única opção à época, qual seja: solicitar o trancamento especial.

Não obstante a sobrecarga exaustiva de conciliar a maternidade, os estudos e a ininterrupta rotina doméstica, cabe destacar aqui o encontro com as demais invisibilidades, paralelas aos efeitos coloniais deletérios e “originárias de uma cultura violada, folclorizada e marginalizada” (CARNEIRO, p. 2, 2020); que ocultam as diversidades e, principalmente, silenciam a especificidade, o ser e o pertencer das mulheres negras, imigrantes e indígenas, “subordinadas a um sistema patriarcal enraizado na cultura e nas relações” (BARBOSA, 2016, p.18).

Nesse sentido, o acesso ao conhecimento e seu poder de conscientização, diante desse sistema seletivo e excludente, podem ser apreendidos frente aos contrastes³ que o meio acadêmico recebe, uma vez que se trata de um espaço ainda bastante elitizado, sobretudo, diante das profundas desigualdades sociais do país.

Além disso, como bem o sabemos, tudo é político⁴. Portanto, diante desse fato, a escolha do meu tema possui como principais fontes de debate os atravessamentos políticos que implicam estudos e análises teóricas e interseccionais acerca das referências que orientam as produções socioculturais e noções intrínsecas à totalidade da vida social.

Nesse sentido, o papel desse material pode ser decisivo para propor uma aproximação e revisão crítica às abordagens descritivas, sobretudo, com ênfase no debate étnico-racial, ao compreender as contradições das representações sociais estigmatizadas da mulher frente às transformações dos sujeitos femininos diante da maternidade.

³ Um entrave para a equalização do indicador de estudantes cursando o ensino superior reside na menor taxa de ingresso da população preta ou parda nesse nível de ensino, comparada à da população branca (IBGE, 2019, p. 8).

⁴ Segundo Djamila Ribeiro (2018, p. 8), em sua obra “Quem tem medo do feminismo negro”, “o pessoal não se sobrepõe ao político, mas é o ponto de partida para conectar politização e transformação da consciência, isto é, para ler criticamente a experiência de opressão das mulheres”.

Assim, de acordo com Djalma Ribeiro (2018, p. 13), cabe destacar que:

O debate, portanto, não é meramente identitário, mas envolve pensar como algumas identidades são aviltadas e ressignificar o conceito de humanidade, posto que pessoas negras em geral e mulheres negras especificamente não são tratadas como humanas.

Nessa esteira, enegrecer o debate é imprescindível e de responsabilidade coletiva, especialmente, para estabelecer o movimento que sustenta a possibilidade de um projeto democrático, coeso com as intencionalidades deste debate e trabalho, sendo consubstancialmente a favor de um marco civilizatório⁵ radicalmente emancipatório, libertador e igualitário.

O racismo estabelece a inferioridade social dos segmentos negros da população em geral e das mulheres negras em particular, operando ademais como fator de divisão na luta das mulheres pelos privilégios que se instituem para as mulheres brancas (CARNEIRO, p. 2-3, 2020).

Para Ribeiro (2018), a construção da mulher negra como inerentemente forte é profundamente desumana. Ainda de acordo com a referida autora (idem, p. 14) “somos fortes porque o Estado é omissivo e porque precisamos enfrentar uma realidade violenta”.

Internalizar a guerreira, na verdade, pode ser mais uma forma de morrer. Reconhecer fragilidades, dores e saber pedir ajuda são formas de restituir as humanidades negadas. Nem subalternizada nem guerreira natural: humana. Aprendi que reconhecer as subjetividades faz parte de um processo importante de transformação (RIBEIRO, 2018, p. 15).

Naturaliza-se, assim, o processo de formação social brasileira, cujo desenvolvimento capitalista ocorreu de maneira combinada e desigual, ao passo que provoca um sentimento introspectivo, de esvaziamento, próximo a um estado de individualização, pautada numa tendência liberal, nuclear dos valores burgueses.

Nessa lógica, idealiza-se que esses valores normativos, endereçados na moral segundo a tradição conservadora e reprodutores do modelo patriarcal, em proeminência a categoria de gênero, invade a identidade da mulher mãe, que é isolada, em especial, frente aos marcadores de classe e raça, e como

⁵ Pelas palavras e reflexões da própria Djalma Ribeiro (ibidem), complemento com suas válidas ideias: É um convite para um mundo no qual diferenças não signifiquem desigualdades. Um mundo onde coexistam outras possibilidades de existência que não sejam marcadas pela violência do silenciamento e da negação”.

aparece arraigada na representação e função do papel – próximo a um estado figurativo oficial e absoluto – materno.

Assim, a questão de gênero categoricamente se entrelaça com a questão racial. No que diz respeito à condição de mulher, enquanto categoria complexa, múltipla e repleta de elementos culturais e sócio-históricos que a permeiam, há de se ressaltar que esse debate é fomentado a partir de como esse conjunto de mulheres encara a maternidade diante de uma frenética pressão e expectativa social.

Metodologia de pesquisa

A pesquisa acerca do tema foi desenvolvida a partir de estudos e levantamentos bibliográficos e eletrônicos de artigos, dissertações, teses, livros e de periódicos, com o objetivo de analisar as especificidades de uma temática que eu considero tão relevante como a construção da maternidade numa sociedade sexista, racista, machista e conservadora, como a nossa e que fomenta inúmeros mitos, como aquele do “amor materno”, que tudo supera, tudo pode e tudo perdoa.

Além disso, foram utilizados o diário de campo, o relatório de atividades e a análise institucional, elaborados ao longo do período de estágio para as disciplinas de Orientação e Treinamento Profissional (OTP I, II e III). Logo, todos os trabalhos acadêmicos produzidos para as disciplinas de OTP contribuíram, sobremaneira, na organização desse estudo.

Por fim, as principais referências teóricas que influenciaram a construção dessa pesquisa foram: Angela Davis, bell hooks, Djamila Ribeiro, Grada Kilomba, Lélia Gonzales e Sueli Carneiro. Além das mencionadas intelectuais, utilizamos, também, Silvio Almeida, Clóvis Moura, Joan Scott e Judith Butler.

Estrutura do Trabalho de Conclusão de Curso

O presente trabalho foi estruturado em introdução, três capítulos e considerações finais.

No primeiro capítulo, são abordadas duas chaves de análises centrais para se compreender a maternidade na sociedade capitalista: o gênero –

enquanto categoria de análise crítica – e a raça, como elemento fundamental e indissociável na compreensão das relações de gênero.

O segundo capítulo, por sua vez, aborda a condição feminina diante das construções sociais que se revestem de um caráter ideológico legitimado no decorrer do âmbito sociocultural, histórico e político por um determinismo biológico. Essa expectativa compulsória que coopta a máxima realização feminina inseparável da maternidade é o principal objeto a ser refutado.

O terceiro capítulo trata de alguns aspectos importantes da Maternidade Escola da Universidade Federal do Rio de Janeiro, espaço institucional onde realizei todos os períodos de estágio curricular obrigatório em Serviço Social.

Analisa-se ainda a trajetória histórica da instituição, passando por sua missão, valores, organograma, desafios enfrentados e, também, pelo trabalho realizado pelo Serviço Social da Maternidade Escola.

As considerações finais destacam o peso e a importância de travar uma reflexão crítica a partir da interseccionalidade, sob os eixos de gênero, classe e raça.

Explora-se, também, a masculinidade construída culturalmente e seu simbolismo histórico frente às amarras sociais e ideológicas, que produzem significação estereotipada para os corpos.

Por fim, salientam-se a existência e a condição feminina, reféns da referência hegemônica, eurocêntrica e ocidental de valores, em geral e, em particular, enredadas pelo senso comum, que engendra as relações sociais, de gênero e de poder.

Além disso, são reveladas as teias romantizadas da meritocracia para operar as discriminações, opressões e desigualdades no sistema-mundo colonial.

CAPÍTULO 1

GÊNERO E RAÇA: LENTES PARA SE COMPREENDER O MUNDO

O colonialismo é uma ferida que nunca foi tratada. Uma ferida que dói sempre, Por vezes, infecta. E outras vezes sangra
(Grada Kilomba, 2019).

A socióloga María Lugones (2014) trava uma profícua discussão sobre o sistema de gênero e a imposição desse conceito e leitura de gênero, sobretudo, no ente relacional.

Em termos relacionais, a referida autora (idem) expressa que a modernidade traduz a permanência da ferida colonial ao se invalidar, apagar e até negar a colonialidade de gênero, à medida que resiste em analisá-la e discuti-la sob o olhar de uma ontologia crítica.

Ao ignorar a diferença colonial, o mundo moderno negocia – brutal e invasivamente –, as compreensões construídas de memórias históricas, que costumam ser rejeitadas, ignoradas ou adaptadas para o que convém e é cabível nos desígnios imaginários do viciado discurso hegemônico patriarcal.

Nessa esteira, Grada Kilomba (2019, p. 97) aponta que “nos discursos feministas ocidentais, o conceito dominante de “homem *branco* heterossexual” tornou-se “mulher *branca* heterossexual”.

Essa inversão acontece com um recorte unilateral de oposição da categoria de gênero, enquanto a estrutura racial conservadora branca permanece intacta. Logo, a aparência e essência da modernidade colonial é parte do processo histórico que se encontra na base das estruturas de dominação, no controle e da regulação dos sujeitos coloniais ao serem marcados pela raça e pelo gênero.

Nesse sentido, o presente capítulo – apoiado em reflexões de Grada Kilomba (2019), Angela Davis (2016), María Lugones (2014), Joan Scott (1990), Saffioti (2004), dentre outros(as) importantes intelectuais – abordará questões como colonialidade de gênero, raça, patriarcado e machismo.

1.1 O Gênero em Debate

Segundo Joan Scott (1995), como elemento constitutivo e interrelacional, a fonte das relações desiguais foi estabelecida por uma criação social, que indica uma interpretação dos papéis conforme o sexo, para homens ou mulheres, enfatizada pelo uso do termo "gênero".

Essa afirmação normativa, invocada pelas representações simbólicas, geral e universal da teoria das relações desiguais baseadas no gênero, foi atribuída a partir de funções engendradas por um aspecto ideológico, concebidas por pilares sócio-históricos no decorrer das relações sociais e institucionais entre os sexos, por meio de construções culturais.

[...] a realidade social (quer dizer, as relações "materiais, econômicas e interpessoais que são, de fato, sociais e, numa perspectiva mais ampla e históricas") parece se situar fora do sujeito. O que está faltando é uma forma de conceber a "realidade social" em termos de gênero (SCOTT, p. 83, 1995).

Nesse sentido, o sistema de representações aparece, enquanto conceito de significação social, a partir do marcador de gênero, monótona e mecanicamente construído pela polaridade sexual, isto é, a oposição binária, de uma maneira que expressa o sexismo, consubstanciado nos processos ideológicos.

Essa versão imediata e simbólica dicotomizada, como descreve Carla Almeida (2011), cristaliza a identidade e a noção de corpo cunhadas nesse paradigma tradicional e conservador, ao qual encontra-se enraizadas em termos físico-anatômicos, precursores de um superficial parâmetro biologizante, que sustenta as desigualdades para a categoria de gênero.

Para Trindade (2022), os estudos de gênero e pesquisas sobre a temática não negam, fundamentalmente, o sexo biológico, porém rejeitam a dimensão exclusivamente biológica sobre o tema. Ainda de acordo com a autora (idem), tais estudos pesquisam, entre outras questões, a construção de categorias de diferenciação de pessoas, que são mutáveis.

Nessa esteira, Adriana Piscitelli (2008) sublinha que as correntes de leitura e pensamento sobre o conceito de gênero foram vinculadas abstratamente aos contornos corporais que assumem o sexo enquanto fator biológico e, assim, configura-se a prerrogativa da cisheteronormatividade.

No entanto, essa produção teórica – ao questionar tais pressupostos obcecados por essa variável ‘sexo *versus* gênero’ – , deslocou seus referenciais teóricos, de maneira a se debruçar por um olhar crítico, ao problematizar os conceitos totalizantes que pouco consideravam o materialismo histórico e seu movimento dialético.

Os escritos críticos de finais da década de 1980, porém, questionaram os pressupostos presentes na distinção sexo/gênero. Um dos motivos foi a fixidez e a unidade que essa distinção conferia às identidades de gênero, ao formular a existência de uma base biológica imutável que dividia a humanidade em dois sexos e, conseqüentemente, em dois gêneros. Outro dos aspectos problematizados foi a universalidade atribuída a essa distinção (PISCITELLI, *idem*, p. 264).

Ademais, Joan Scott (1995) inaugura a compreensão da categoria gênero a partir de um analítico e crítico enfoque. Sem fixidez, a autora (*idem*) apresenta aspectos dessa narrativa deslocada das construções de uma única e mutável vertente histórica, de maneira a reverter os sentidos voláteis das visões normativas, analogias de oposição entre masculino e feminino e, sobretudo, desigualdades de poder e opressão, organizando eixos interseccionais para estudar um determinado processo social.

Seu desafio teórico, portanto, é incorporar e, também, abranger o conhecimento histórico que depende de uma discussão analítica ao se dedicar a uma abordagem interrelacional e interseccional, que se refere aos sistemas de relações sociais e sexuais, diante de mudanças, passagens e transformações tendo em vista: "examinar as formas pelas quais as identidades generificadas são substantivamente construídas e relacionar seus achados com toda uma série de atividades, de organizações e representações sociais historicamente específicas" (SCOTT, 1995, p. 88).

A referida (*idem*) problematiza, ainda, a própria terminologia do termo gênero, pois o coloca, enquanto categoria analítica, a partir de um *status* independente e próprio.

O termo "gênero", além de um substituto para o termo mulheres, é, também, utilizado para sugerir que qualquer informação sobre as mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica o estudo do outro. Essa utilização enfatiza o fato de que o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, que ele é criado nesse e por esse mundo masculino. Esse uso rejeita a validade interpretativa da ideia de esferas separadas e sustenta que estudar as mulheres de maneira isolada perpetua o mito de que uma esfera, a experiência de um sexo, tenha muito pouco ou nada a ver com o outro sexo (SCOTT, *ibidem*, p. 75).

Nesse minucioso reexame dos significados e leituras da categoria de gênero, Scott (1995) rompe com paradigmas e premissas que classificam o termo gênero nos limites de uma abordagem meramente descritiva ou fenomênica, tratada como “uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres” (SCOTT, idem, p. 76). Esse caráter reducionista transforma a realidade em uma simples generalização, que não complexifica o processo de causação social.

A autora (ibidem) preocupa-se, portanto, em esgotar os significados e os “porquês” do sistema de poder e como este funciona. De fato, reconhece parte de uma centralidade na origem do sistema de relações sociais, corporificada pelas desigualdades, como uma causalidade geral e universal.

No entanto, propõe um movimento de leitura cambiante e oblíquo ao considerar uma série de episódios, eventos e influências externas e internas que intervêm no material conceitual descritivo de gênero, sem conter uma natureza analiticamente diferenciada, com partes e subconjuntos devidamente articulados e interrelacionados.

Com efeito, numa natureza alternativa da pesquisa sobre a categoria de gênero, Joan Scott (ibidem) lida com a intemporalidade ao confrontar essa linha normativa binária a partir de uma investigação histórica das relações desiguais, que não são determinadas pelo sexo.

Muito menos pode ser definida no tocante à esfera relativa do sujeito individual, sequer como objeto e/ou produto apenas das estruturas econômicas ou de sistemas anteriores, mas por uma interação e complexa persistência de uma estrutura psíquica diante de diversas utilizações contextuais sob a “noção de especificidade e de variabilidade histórica” (SCOTT, 1995, p. 83).

O núcleo da definição repousa numa conexão integral entre duas proposições: (1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder (SCOTT, idem, p. 86).

Ainda de acordo com a referida autora (ibidem), a percepção simbólica da vida social, influenciada pelas referências sócio-culturais, conformadas sobre o conceito de gênero, incide na concreta organização da realidade social de maneira a orientá-la e até estrutura-la, após ser legitimada por uma determinada visão de mundo.

Além disso, cabe decodificar que o conceito de gênero aparece como convenção social e institucional, a depender das implicações das ideologias políticas, conservadoras ou não, mas a qual a ordem do Estado detém um particular poder sob os termos de dominação e controle.

O gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político tem sido concebido, legitimado e criticado. Ele não apenas faz referência ao significado da oposição homem/mulher; ele também o estabelece. Para proteger o poder político, a referência deve parecer certa e fixa, fora de toda construção humana, parte da ordem natural ou divina. Desta maneira, a oposição binária e o processo social das relações de gênero tornam-se parte do próprio significado de poder; ao pôr em questão ou alterar qualquer de seus aspectos, ameaça o sistema inteiro (SCOTT, 1995, 92).

Ademais, traduz-se também a ideia implícita de que as significações de gênero e de poder atuam como um convite para alinhar os processos políticos e, conseqüentemente, como se apresentam no âmbito social.

Por fim, como construção, as relações sociais, de gênero e de poder são reflexos do significado concebido sobre o conceito de gênero e envolvido com a ideia de poder, à medida que se compreende que há uma natureza e um movimento recíproco entre gênero e a sociedade, que participam de um mesmo processo social mutuamente.

Essas formas particulares incluem também outros eixos interseccionais, assumidos a partir da necessidade de aplicar ideologias e símbolos culturais, a considerar a especificidade contextual histórica e política.

1.2 Algumas Reflexões sobre os Movimentos Feministas no Brasil

Ao adensar as interfaces em torno da questão de gênero, emerge a necessidade de concentrar parte das reflexões interseccionais na compreensão dos movimentos feministas. Pleiteados pela militância que envolve as atrizes sociais e políticas, em especial as colocações das mulheres negras, os movimentos feministas enfrentam as opressões marcadas pelo gênero e pela raça, no aspecto macro e, também, no âmbito particular.

De acordo com Carneiro (2003), os prestígios nos espaços, sobretudo acadêmicos e políticos, são regidos a partir da hegemonia inclinada para o viés eurocêntrico e legitimada pelo valor ocidental, no qual as pautas e protagonismos de mulheres negras são sub-representadas nessas esferas.

Sumariamente, a ancestralidade e a história das mulheres negras são escamoteadas e perdem seu reconhecimento e sua identidade social, em virtude dos parâmetros que são espelhados pelos gêneros racialmente dominantes.

Ao revisar essa diáspora, frente aos contextos sócio-históricos fortemente segregacionistas, a partir das contribuições capitaneadas pelo movimento feminista negro, percebe-se um embate significativo para a mobilização da ação política, deslocada do epicentro das opressões e discriminações de gênero, o racismo.

O esforço pela afirmação de identidade e de reconhecimento social representou para o conjunto das mulheres negras, destituído de capital social, uma luta histórica que possibilitou que as ações dessas mulheres do passado e do presente (especialmente as primeiras) pudessem ecoar de tal forma a ultrapassarem as barreiras da exclusão (CARNEIRO, 2003, p. 129).

Em relação ao Brasil, os movimentos feministas concentravam-se, de fato, na organização política das mulheres, mas sem a participação das demandas específicas de mulheres negras. Discutir gênero, mesmo com concordâncias a respeito do mercado de trabalho e a violência contra a mulher, não era suficiente para travar temas com o recorte racial em pauta, com divergências até na saúde reprodutiva, conforme aponta Damasco, Maio e Monteiro (2012).

Em consonância com o movimento feminista, o movimento negro a partir de meados da década de 1970, trava discussões em prol da reivindicação quanto à discriminação racial, mas sem abarcar o conceito de gênero. Assim como nos momentos de organização política das mulheres, as mulheres negras questionam, nos espaços da militância, a ausência de problematizações acerca tanto das relações de gênero quanto da temática racial.

Tais denúncias sobre as fissuras, subalternizadas nas linhas políticas dos movimentos – feminista e negro –, influenciavam a perspectiva feminista negra que emergia a partir da dual tensão em reconhecer os lapsos frente as desigualdades existentes nestas agendas políticas.

Nessa esteira, Sueli Carneiro (2003, p. 120) aduz:

A consciência de que a identidade de gênero não se desdobra naturalmente em solidariedade racial intragênero conduziu as mulheres negras a enfrentar, no interior do próprio movimento

feminista, as contradições e as desigualdades que o racismo e a discriminação racial produzem entre as mulheres, particularmente entre negras e brancas no Brasil. O mesmo se pode dizer em relação à solidariedade de gênero intragrupo racial que conduziu as mulheres negras a exigirem que a dimensão de gênero se instituisse como elemento estruturante das desigualdades raciais na agenda dos Movimentos Negros Brasileiros.

Ademais, a reflexão sobre os limites da explicação patriarcal como forma universal de dominação das mulheres acompanhou os desdobramentos do feminismo dos anos 1970, e entre as feministas negras essa reflexão crítica atingiu uma considerável expressão teórica e política.

A ideia de que o sistema patriarcal é uma forma de dominação dos corpos e da sexualidade das mulheres pelos homens e para proveito deles recebeu das feministas negras um reparo fundamental: à pureza sexual imposta à mulher branca contrapõe-se à hipersexualização dos corpos das mulheres negras (AKOTIRENE, 2019).

O paradigma patriarcal projetou uma sombra sobre as experiências corporais e sexuais das mulheres negras, marginalizando-as enquanto mulheres e reduzindo-as à sua raça. Esse ajuste de perspectiva para além da ótica patriarcal mudou o percurso do feminismo e ainda fez surtir seus efeitos no campo feminista atual porque a partir dele a interseccionalidade foi construída.

É importante sinalizar, portanto, que o feminismo negro é o berço da interseccionalidade e que essa origem faz toda a diferença na forma como a interseccionalidade opera com a raça (MORAES, 2018, p. 279).

Cumprе mencionar, ainda, que as novas estruturas do mercado de trabalho – promovidas pela reestruturação produtiva e pela ofensiva neoliberal – facilitam a exploração da força de trabalho das mulheres, especialmente negras, em ocupações em tempo parcial, substituindo homens pelo trabalho feminino mal pago, com salários mais baixos, em posições precarizadas, ou seja, sem carteira assinada e direitos trabalhistas. Dados oficiais revelam que as mulheres negras estão presentes em maior grau nas ocupações em tempo parcial, demonstrando também as desigualdades entre homens e mulheres no que tange à divisão das tarefas domésticas (TEIXEIRA; GÓIS, 2020).

Por fim, as principais e mais significativas mudanças do movimento feminista negro no cenário brasileiro foram fomentadas pela influência da

conjuntura, mediante o espaço que se vigoram com maior visibilidade do feminismo, com o viés racial e de gênero, sujeito a fomentar e trazer implicações para a autoridade pública, sobretudo, voltada para ações das políticas públicas, principalmente mudanças no campo da saúde reprodutiva.

Em evidência na década de 1980, essa experiência política impulsionada veemente pelas militantes negras denota o rol de ações que se voltam à atenção à população negra (DAMASCO, MAIO E MONTEIRO, 2012).

1.2.1 A Importância Social dos Movimentos Feministas

Os impactos dos movimentos feministas, enquanto propulsores e catalisadores de transformações sociais e culturais, no incessante ativismo pela voz em prol da promoção da igualdade de gênero, foram decisivos e radicalmente reconhecidos no processo de redemocratização do Estado brasileiro. Diante da luta pelo tratamento equitativo, o alcance das contribuições dos movimentos feministas possibilitou suscitar efeitos na dimensão pública, como objeto das instâncias nacionais.

Segundo Carneiro (2003, p. 119), "ao politizar as desigualdades de gênero, o feminismo transforma as mulheres em novos sujeitos políticos." Diante dessa ótica, a dimensão da problemática que oprime "o ser mulher" na sociedade brasileira, não apenas a partir do sexismo, sentiu a necessidade de engajar as pautas da agenda política feminista.

Nesse sentido, pavimenta-se – a partir das mediações perscrutadas pelas mulheres negras e empreendidas pelas lutas de movimentos populares – um caminho que inclui tais vetores para a cena política, em um novo norte para o discurso político das feministas brasileiras.

A questão política que decorre dessa realidade será a exigência de que o combate ao racismo, à discriminação racial e aos privilégios que ele institui para as mulheres brancas seja tomado como elemento estrutural do ideário feminista; um imperativo ético e político que reflita os anseios coletivos da luta feminista de representar as necessidades e os interesses do conjunto de mulheres (CARNEIRO, idem, p. 121).

No entanto, ainda que a aguerrida e imperiosa motriz política em lançar os contornos para pensar formas de combater as desigualdades raciais, convém enfatizar que as mulheres negras são constrangidas, em particular,

pelas bases que permanecem enraizadas no senso comum, como no mito da democracia racial.

Tal percepção, capaz de sedimentar estigmas que estimulam agentes estereotipados como formador de opinião sobrevém dos saldos negativos desse forçoso ideal de embranquecimento, em que a hegemonia da “branquitude” consagra-se no imaginário social e que se perfaz sob efeitos nas relações sociais concretas, como sustenta Carneiro (2003).

Em destaque político, ao advogar o enegrecimento, a tônica que se desperta gira em torno da rejeição das visões romantizadas, como prática que afirma a identidade racial e o valor social interseccionadas nas pautas feministas, enquanto atividade política (CARNEIRO, *idem*).

Ainda a partir de Sueli Carneiro (*ibidem*), ao selar o compromisso nas agendas feministas brasileiras, a nova Plataforma Política Feminista radicaliza ao adotar as questões mais candentes para o processo de ampliação, face ao debate e noções acerca do gênero e raça, com vistas ao reconhecimento das desigualdades raciais por meio da incorporação do racismo nas pautas.

Nesse sentido, ao afinar uma perspectiva sob os eixos interseccionais, vislumbrada por meio da diferenciação social, as feministas negras paulatinamente integram as iniciativas a favor de firmar elementos estruturados que evidenciem as imbricações do sexismo e do racismo.

A referida autora (2003) sublinha ainda que o protagonismo político das mulheres negras tem se constituído em força motriz para determinar as mudanças nas concepções e o reposicionamento político feminista no Brasil.

Para Sueli Carneiro (*idem*), a ação política das mulheres negras vem promovendo:

- o reconhecimento da falácia da visão universalizante de mulher;
- o reconhecimento das diferenças intragênero;
- o reconhecimento do racismo e da discriminação racial como fatores de produção e reprodução das desigualdades sociais experimentadas pelas mulheres no Brasil;
- o reconhecimento dos privilégios que essa ideologia produz para as mulheres do grupo racial hegemônico;
- o reconhecimento da necessidade de políticas específicas para as mulheres negras para a equalização das oportunidades sociais;
- o reconhecimento da dimensão racial que a pobreza tem no Brasil e, conseqüentemente, a necessidade do corte racial na problemática da feminização da pobreza;
- o reconhecimento da violência simbólica e a opressão que a branquitude, como padrão estético privilegiado e hegemônico, exerce sobre as mulheres não-brancas (CARNEIRO, 2003, p. 129-130).

Nesse sentido, Carneiro (2020) apresenta o desempenho do papel das mulheres negras que carregam uma pauta guiada pela diferença qualitativa, a partir de suas experiências históricas e do seu reconhecimento social, afirmando e defendendo a sua identidade feminina.

Ao enfrentar essa apropriação social diante das opressões decantadas a partir da interseccionalidade, promove-se a inclusão da perspectiva antirracista e nada descartável para a feminização do movimento, na qual o gênero não aparece deslocado como uma variável teórica – que é contraditoriamente universalizado pelo discurso clássico eurocêntrico da branquitude.

Cumprir mencionar que o Serviço Social – composto por 97% de profissionais do sexo feminino (IAMAMOTO, 2009) –, em seu cotidiano de intervenção atende majoritariamente mulheres, sendo tais mulheres em sua maioria negras.

Todavia, uma parcela da categoria profissional permaneceu distante das lutas mais significativas do movimento feminista negro, o que configura um reflexo da formação profissional fundamentada numa epistemologia ocidental branca, num desencontro entre o Serviço Social e as questões de gênero. Nesse sentido, tratar da relação de gênero e Serviço Social “Implica em problematizar a ‘feminização’ da profissão, a concepção de gênero das(os) assistentes sociais e sua relação com a profissão (CISNE, 2004, p. 20).

Além disso, Trindade (2022) destaca que há no cotidiano de intervenção profissional demandas que perpassam a questão de gênero, raça/etnia e diversidade sexual, como abuso sexual, violência contra mulheres, gravidez na adolescência, dificuldades em relação ao planejamento familiar, direitos reprodutivos, mulheres chefes de família, mulheres idosas vivendo sozinhas e/ou sustentando suas famílias, discriminação no mundo do trabalho, assédio moral e, também, sexual, luta por cotas e ações afirmativas, garantia de direitos sexuais, como a oficialização do casamento civil para LGBTs, atendimento de vítimas de LGBTfobia, discriminação e preconceito em relação à raça, dentre outros.

A referida autora (idem) enfatiza, ainda, que – infelizmente – não são muitos(as) pesquisadores(as) e estudantes no território do Serviço Social que

conhecem (pesquisam ou estudam) as problemáticas de gênero, raça/etnia e diversidade sexual no contexto da sociedade contemporânea.

E mesmo após o Movimento de Reconceituação⁶ – que teve um importante papel na medida em que buscou romper com teorias importadas, com o conservadorismo profissional e compreender a realidade do povo brasileiro –, a profissão não atentou para tais temas. Conseqüentemente, demorou para demarcar a identidade daqueles que mais sofrem com os reflexos das expressões da questão social (mulheres, negros, população LGBT+, povos tradicionais, dentre outros), sendo esses os principais usuários atendidos por assistentes sociais (TRINDADE, *idem*).

1.3 A Categoria Raça em Questão

É importante destacar que as esferas políticas e ideológicas desenharam-se, também, como um meio de manutenção dos instrumentos de opressão, e ainda funcionam para criar uma conformidade subsequente da linha de pensamento dominante e conservador, que se encontra penetrado no seio conjuntural pelos valores tradicionais.

Esse sistema social controla de uma tal maneira o plano ideosubjetivo que as questões concernentes às variáveis de raça, gênero e classe tornam-se institucionalizadas por mistificações, que obstaculizam a adesão de uma bandeira de luta, potente enquanto movimento coletivo dotado de uma tônica política.

Assim, diante de inúmeras correntes políticas e ideológicas, cabe enfatizar que o racismo ramifica-se nas relações de gênero e de classe, e somente sob uma perspectiva amplamente antirracista é possível interpretar e compreender como são estruturalmente assentadas as hierarquias de gênero nessa sociedade desigual, excludente e discriminadora.

Inicialmente, é oportuno colocar em pauta uma problemática elucidada por Grada Kilomba (2019), que conceitua o racismo genderizado. A partir de sua obra (*idem*), denota-se que há uma falha e carência teórica e acadêmica, até mesmo literária, que aborda o apagamento, a contradição e, sobretudo, a

⁶ Para maiores informações, indica-se a leitura do artigo de José Paulo Netto “O Movimento de Reconceituação. 40 anos depois”. Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, No. 84, p. 519, Junho 2008.

polarização sobre o dilema da conceituação que abarca os conceitos de raça e gênero.

Essas políticas de representação incidem e afetam decisivamente as mulheres negras, ao não reconhecerem o cruzamento pormenorizado crítico entre as questões de raça e de gênero e que, notadamente, são definidas pela prescrição das formas de opressão que “interagem com outras ideologias e estruturas de dominação” (KILOMBA, idem, p. 99), por meio de abstenção, falsa presunção e/ou falta de interpretação dos demais marcadores sociais, a partir da interseccionalidade.

Nesse sentido, considerou-se que o cerne dos debates, como o racismo, tem sido construído e significado em torno dos sujeitos negros, a partir da masculinidade heterossexual negra. Tal movimento foi investido pela clássica visão heteropatriarcal do homem branco heterossexual que deposita essa dominação das relações de poder com ênfase apenas no recorte de gênero.

Essa leitura mecânica e insuficiente faz com que “as mulheres negras habitem um espaço vazio, um espaço que se sobrepõe às margens da “raça” e do gênero, o chamado “terceiro espaço” (KILOMBA, 2019, p. 97).

Em termos ontológicos, a citada autora (idem) destaca que esse movimento enquadra genericamente as mulheres negras como sujeitos, enquanto a proeminência é resumida a partir da terminologia masculina ajustada como o desígnio para explicar a realidade de pessoas que sofrem o racismo, quando na verdade:

O movimento e a teoria de mulheres *negras* têm tido, nesse sentido, um papel central no desenvolvimento de uma crítica pós-moderna, oferecendo uma nova perspectiva a debates contemporâneos sobre gênero e pós-colonialismo (KILOMBA, 2019, p. 108).

Ademais, o enorme espaço que o trabalho ocupa hoje na vida das mulheres negras reproduz um padrão estabelecido durante os primeiros anos da escravidão. Como escravizadas, essas mulheres tinham todos os outros aspectos de sua existência ofuscados pelo trabalho compulsório. Aparentemente, portanto, o ponto de partida de qualquer exploração da vida das mulheres negras na escravidão seria uma avaliação de seu papel como trabalhadoras (DAVIS, 2016).

Ainda segundo Angela Davis (idem), o sistema escravista definia o povo negro como propriedade. Já as mulheres eram vistas, não menos do que os homens, como unidades de trabalho lucrativas e para os proprietários de pessoas escravizadas elas poderiam ser desprovidas de gênero.

A mulher escravizada era, antes de tudo, uma trabalhadora em tempo integral para seu proprietário, e apenas ocasionalmente esposa, mãe e dona de casa. A julgar pela crescente ideologia da feminilidade do século XIX, que enfatizava o papel das mulheres como mães protetoras, parceiras e donas de casa amáveis para seus maridos, as mulheres negras eram praticamente anomalias.

Embora as mulheres negras desfrutassem de alguns duvidosos benefícios da ideologia da feminilidade, não raro presume-se que a típica escravizada era uma trabalhadora doméstica – cozinheira, arrumadeira ou “mãe de leite” na “casa grande”.

Tal qual a maioria dos escravos, a maior parte das escravizadas trabalhava na lavoura. Embora nos estados localizados na fronteira entre o Norte e o Sul dos Estados Unidos, por exemplo, uma quantidade significativa de escravizadas realizasse trabalhos domésticos, as escravas do extremo Sul – o verdadeiro núcleo do escravismo – eram predominantemente trabalhadoras agrícolas (DAVIS, 2016).

Ainda de acordo com a referida autora (idem), por volta de meados do século XIX, sete em cada oito pessoas escravizadas, tanto mulheres como homens, trabalhavam na lavoura. Da mesma forma que os meninos eram enviados para o campo ao atingir certa idade, as meninas eram designadas para trabalhar o solo, coletar algodão, cortar cana, colher tabaco.

Uma idosa entrevistada durante os anos 1930 descreveu sua iniciação na lavoura, durante a infância, em uma fazenda de algodão do Alabama:

Nossas cabanas eram velhas e mal-acabadas, feitas de estacas. Algumas fendas eram tapadas com lama e musgo, outras não. Nossas camas não eram boas, só armações de estacas pregadas na parede com velhos colchões rasgados jogados por cima. Claro que era difícil dormir, mas para os nossos ossos cansados depois das longas jornadas de trabalho na lavoura, a sensação era boa. Eu cuidava das crianças quando era pequena e tentava fazer a limpeza da casa como a senhora mandava. E então, assim que fiz dez anos, o senhor disse: “Leve essa preta para aquela plantação de algodão” (DAVIS, 2016, p. 25).

Desse jeito, o posicionamento hegemônico assume uma leitura que absolutiza os “conceitos de conhecimento [...] intrinsecamente ligados ao poder e à autoridade racial” (KILOMBA, 2019, p. 50) ao ser robustecida por meio de uma via ostensiva e opressiva que revigora uma invisibilidade com ainda mais discriminação.

Nesse sentido, a recuperação da patologia histórica enfatiza o silenciamento e a invisibilidade por ser fruto de uma natureza opressiva, que não só deliberadamente sujeita a mulher negra a mais violências, mas reitera ainda assim a vigorosa presença de uma ordem colonial e racista, e que reproduz o racismo.

A interseccionalidade permite às feministas criticidade política a fim de compreenderem a fluidez das identidades subalternas impostas a preconceitos, subordinações de gênero, de classe e raça e às opressões estruturantes da matriz colonial moderna da qual saem (AKOTIRENE, 2019, p. 24).

Sem embargo, portanto, a alternativa intelectual proponente das feministas negras é de costurar sentidos num resgate interseccional metodológico que promove uma recuperação das “bagagens ancestrais perdidas” (AKOTIRENE, idem, p. 25) numa densa abordagem analítica sem sobrepor hierarquicamente as categorias ao calibrar a natureza crítica sob uma orientação decolonial.

CAPÍTULO 2

ELEMENTOS PARA SE PENSAR A MATERNIDADE

Mulher sobrecarregada não faz revolução. Não faz arte, não faz política, não experimenta o ócio que cria e reinventa. Produz muito, vive pouco. Conta nos dedos os minutos de silêncio enquanto grita, emudecida, a sua exaustão (Lella Malta, 2020).

Neste capítulo, pretende-se discutir alguns elementos essenciais para se pensar a maternidade.

Nesse sentido, cabe evidenciar que no decorrer da construção histórica, cultural, econômica, ideológica e, sobretudo, política, a maternidade encontra-se circunscrita nessa dinâmica ao se introjetar nas múltiplas dimensões que atravessam a mulher-mãe. Essa lógica de dominação sistêmica, de onde provém a misoginia e o sexismo, é operada a partir da hierarquia, discriminação e opressão da categoria de gênero ampliada por fatores interseccionais, tal como raça e classe.

Como fruto da episteme hegemônica opressora, as mulheres-mães compartilham a sobrecarga, a exaustão, aprofundada pela invisibilidade, inclusive das narrativas, ao ser emudecida e usurpada pela subalternidade que prega valores hegemônicos e rege as relações de poder em detrimento da autonomia.

2.1 A Indissociável Interseção entre Gênero e Raça

Em sua obra “Mulheres, Raça e Classe” – publicada nos Estados Unidos em 1981 e no Brasil apenas em 2016 pela editora Boitempo –, Ângela Davis (2016) demonstra, pela reconstrução de acontecimentos históricos, como o racismo contribui para a construção do sexismo e da exploração de classe; como o sexismo contribui para a perpetuação do racismo e da exploração de classe; e, finalmente, como a exploração de classe é mantida pelo racismo e pelo sexismo.

Em outra obra da renomada socióloga Patricia Hills Collins (2019) intitulada “Pensamento feminista negro”, na seção nomeada “A mulher negra

como teórica social crítica”, Collins descreve (idem, p. 6) que “a sombra que obscurece essa complexa tradição intelectual das mulheres negras não é nem acidental nem benigna”.

Portanto, essa apreensão de “ser” mulher – que foi homogeneizado –, envernizada a partir da experiência centrada na branquitude, promoveu uma supressão das vozes contundentes ao não se articular com uma vertente womanist, o que indica uma tensão dialética entre opressão e ativismo.

Não há a princípio, tampouco, uma preocupação da classe média branca privilegiada em incorporar o cruzamento com a tripla dimensão das categorias raça, gênero e classe, que notadamente não representou as vivências, os significados e condições das mulheres negras, indígenas e imigrantes – ligados também à etnia, religião, sexualidade, nacionalidade, entre outros.

Essa agenda interpretativa incompleta, sem engajamento dialógico, limita o pleno exercício político emancipatório ao passo que “moldam a subordinação das mulheres negras”, visto que sob essa condição – que marca a subalternidade – também revela o silenciamento e a marginalidade que o patriarcado com memórias do colonialismo prescreve, sobretudo, ao confinar e encarcerar suas vozes, expressões, narrativas subjetivas e seu ativismo político.

Esses desdobramentos revelam uma hierarquia racial presente nessas referências simplistas das intelectuais brancas privilegiadas, como parte das estruturas de opressão que:

negligenciam a história da escravização, do colonialismo e do racismo nos quais mulheres brancas que recebem a “título” de poder, o papel do imperialismo racial branco e patriarcal em detrimento da população negra, como produto do racismo endêmico, estruturante e endógeno (KILOMBA, 2019, p. 101).

Decerto que há uma clivagem nas pautas de teorização feminista que se balizam unilateralmente ao se deter sobre a categoria de gênero, ao localizar esse marcador como único foco diante do sexismo, discriminação e opressão.

À medida que os discursos feministas se perfazem de modo supostamente representante e universal, replicam-se as relações de poder em uma estrutura racista, quando não há uma preocupação em levantar e travar

uma discussão importante em torno de temas voltados para análise genderizada, sobretudo a contextualização do racismo como violência e opressão vivida por mulheres negras.

Ao conceituar o gênero como o único ponto de partido da opressão, teorias feministas ignoram o fato de que mulheres negras não são somente oprimidas por homens - brancos e negros - e por formas institucionalizadas de sexismo, mas também pelo racismo - tanto de mulheres brancas quanto de homens brancos -, além de pôr formas institucionalizadas de racismo (KILOMBA, idem, p. 103).

Esse falso universalismo entre as feministas brancas ocidentais, que ao argumentar sobre opressão, apenas consideram a noção branca do tema que compete a teorização, ou seja, o sexismo, relega as mulheres negras a esse espaço de visibilidade e reconhecimento. No entanto, ao se interessar por debater gênero, participa a mulher negra ao focar nos tópicos como a violência sexual, por exemplo.

Tais defasagens indicam uma opressão histórica, arraigada ao discurso dominante branco, decorrente de uma ideologia colonial, frente às desigualdades de gênero.

O sexismo confere-se, também, pela invisibilidade que presume ser universal a partir da categoria de gênero, mas, que, na verdade, percebe-se que detém suas teorias sociais sob uma ímpar referência válida.

Davis (2016) demonstra que o ideal universal não funcionava na prática, principalmente quando as mulheres negras se deparavam com o racismo e o cinismo das suas companheiras de luta quanto às suas experiências híbridas em relação à opressão. Ao mesmo tempo em que isso acontecia, as mulheres negras precisavam enfrentar outro movimento estabelecido como universal: o movimento pela libertação negra, cuja imagem representativa era a do homem negro.

Apesar de as mulheres brancas e negras compartilharem o combate ao sexismo, este movimento ainda assim subalternizou epistemologicamente a especificidade das vivências, histórias e visões de mundo das mulheres negras ao secundarizá-las.

A resistência nesse complexo sistema cisheteropatriarcal branco, diante das estruturas e relações hierárquicas de raça e gênero, adverte as iniquidades de gênero, vide o racismo estrutural, que omite a sensibilidade

analítica de intersecção no tocante às experiências vividas pelas mulheres negras.

Além disso, o patriarcado racial exclui a complexidade interpretativa das identidades e subjetividades frente as questões de raça, que em detrimento das de gênero e classe, eram as mais significativas na luta contra a opressão racial, que também compartilham, sem antagonismos, com os homens negros.

Outro grupo que também não reconhecia as necessidades híbridas das mulheres negras era o movimento de mulheres trabalhadoras, que com muito esforço conseguiu formar uma força consolidada entre os movimentos operários majoritariamente masculinos.

Embora as mulheres trabalhadoras reconhecessem que elas mesmas vivenciavam uma dupla opressão, elas tinham dificuldade em compreender a realidade híbrida das mulheres negras. Para elas, o objetivo principal que se deveria ter na busca por emancipação eram as questões de classe. Pois pensavam, resolvidos os problemas em relação ao trabalho, consequentemente, as questões de raça e gênero seriam resolvidas.

(...) formulações obcecadas a darem o norte salvacionista europeu às identidades políticas, respectivamente, de mulheres e classes trabalhadoras, afastando-se os negros da condição de trabalhadores e negras da identidade de mulher (AKOTIRENE, 2019, p. 23).

Segundo Davis (2016), a negligência do movimento de mulheres, do movimento pela libertação negra e do movimento de mulheres trabalhadoras quanto às demandas híbridas das mulheres negras teve como consequência imediata a formalização histórica e conceitual de uma demanda das mulheres negras desde o nascimento desses movimentos.

Logo, os movimentos e a composição de opressões significavam uma desarticulação de demandas exclusivas. Eles não compreendiam realidades outras que não a própria o que, consequentemente, levava a uma negligência generalizada das opressões específicas que as mulheres negras experimentavam.

A negligência quanto às vivências das mulheres negras é um traço marcante dos movimentos sociais citados. No entanto, há momentos em que alianças podem surgir entre mulheres negras e os movimentos organizados, visto que é inegável que o recorte de gênero suscitou uma aproximação nas

análises do modelo hierárquico heteropatriarcal em prol de uma resistência ideopolítica.

Contudo, algumas dessas alianças mostraram-se superficiais visto que não foram incorporados fatores indispensáveis do caráter multirracial e pluricultural, e logo foram dissolvidas, por exemplo, quando o sufrágio negro surge como uma pauta a ser discutida antes do sufrágio feminino.

Esse acontecimento revelou o racismo como uma barreira intransponível dentro do movimento organizado de mulheres. De acordo com Davis (2016, p. 84): "na defesa dos próprios interesses enquanto mulheres brancas de classe média, elas explicitavam frequentemente de modo egoísta e elitista – seu relacionamento fraco e superficial com a campanha pela igualdade negra do pós-guerra".

À vista disso, tais múltiplas opressões que atravessam a categoria de gênero apresentam-se, na verdade, numa linha atomizada, sem a atenção em considerar a colonialidade como um dos pressupostos de sujeitificação que compreende as formas de dominação e opressão tecidas por uma célula expressamente hegemônica e, em efeito, colonial.

Essa perspectiva redutora, com frequência, não comporta os significados, memórias, saberes e projetos ativos dos corpos dissidentes devido aos mecanismos da episteme hegemônica opressora que controla e assim, legitima suas estruturas de dominação e circulação de poder.

Diferentemente da colonização, a colonialidade do gênero ainda está conosco; é o que permanece na intersecção de gênero/classe/raça como construtos centrais do sistema de poder capitalista mundial. (LUGONES, 2014, p. 939).

Esse hiato corresponde a uma profunda colonialidade sobre a análise de gênero, a qual esconde as narrativas subjetivas/intersubjetivas ao submetê-las em conformidade com as compreensões construídas, ancoradas na dicotomia engendrada, sob uma construção social normativa entre homens e mulheres, que patenteia não só a opressão, mas também a discriminação ao privar a devida intersecção com gênero, raça e classe.

Tal desencontro expropria a historicidade e seu movimento dialético “da análise da opressão de gênero racializada capitalista” (LUGONES, idem, p. 941) como “colonialidade do gênero”, ao se configurar como um fator propenso a uma organização do social a partir de hierarquia bifurcada, que estigmatiza e

marginaliza “mulheres subalternizadas através de processos combinados de racialização, colonização, exploração capitalista, e heterossexualismo” (ibidem)

Descolonizar o gênero é necessariamente uma práxis. É decretar uma crítica da opressão de gênero racializada, colonial e capitalista heterossexualizada visando uma transformação vivida do social. (LUGONES, 2014, p. 940).

Sobre esse contexto em que envolve uma experiência de papéis de gênero e racismo, o racismo genderizado aparece como um vetor que impacta a construção de raça sob uma interseção complexa entre as questões de gênero, “nos âmbitos tanto da diferença racial quanto da de gênero” (KILOMBA, 2019, p. 94).

A referida autora descreve, ainda, que há “nessas construções binárias a dimensão do poder entre as oposições” (KILOMBA, idem, p. 93-94), isto é, uma dupla inversão.

A realidade de mulheres negras apreendida nesse fenômeno híbrido é também insuficiente, pois, por vezes recai sobre uma perspectiva cumulativa de opressão ao invés de devidamente interseccionada.

Diante disso, é oportuno também “distinguir os entrelaçamentos de “raça” e gênero em estruturas de identificação”. (KILOMBA, ibidem, p. 101). Até porque, as concepções de gênero e raça tendem a se fundir afunilados num só conceito, ao ignorar as estruturas raciais de poder entre mulheres acaba por equiparar sexismo e racismo como aponta a referida autora.

Essa redução teórica e acadêmica por uma carência ideológica e crítica do racismo genderizado, opera por separar e inviabilizar as narrativas vividas por mulheres negras, ao não ser referida à opressão racial a partir das experiências sofridas por elas “como estruturada por percepções racistas de papéis de gênero” (KILOMBA, 2019, p. 99).

Diante dessa cosmovisão ocidental, a ativista Sojourner Truth utiliza pioneiramente o pensamento interseccional a partir de denúncias sobre a “matriz de opressão cisheterossexista, etária, divisora sexual do trabalho” (AKOTIRENE, 2019, p. 18).

Por meio da análise desse diagnóstico, as reflexões provocadas pela vanguarda invocam a atenção para opressão onipresente ao relatar a existência das estruturas “de racismo, capitalismo, cisheteropatriarcado e

etarismo” (AKOTIRENE, idem, p.19) discursivamente apresenta a interseccionalidade.

Esse rompimento com a cosmovisão eurocêntrica de correntes narcísicas confere uma importante textura intelectual para o feminismo negro, que responde insperavelmente as articulações com o racismo, o sexismo, o etarismo, de maneira não neutra, diante de uma estrutura capitalista de exploração e apropriação, carregada pelo imperialismo e colonialismo, cisheteropatriarcal.

2.2 O Privilégio Branco

O mito da democracia racial e a não interseccionalidade dos marcadores de classe, raça e gênero recaem numa ótica eugenista, que atua em consonância com o produto sócio-histórico, colonial e escravagista, perpetrado pelas influências da uma concepção eurocêntrica ocidental.

Para Lélia Gonzalez (2020, p. 70), a consciência exclui o que a memória inclui. Tal modo de controle e disciplinamento moral da violação colonial aparecem próximos a um estado imaginário de esquecimento, mas ainda são intactas a marginalização, a discriminação e a subalternização remanescente do período colonial.

Essa ficção falseada e internalizada tem implicações ainda deveras discriminatórias e excludentes, que se delineiam a partir de ferramentas opressivas que estabelecem estruturalmente uma hierarquia e que funcionam imbricadas às dimensões que se incidem na vida política e social submetida aos valores conservadores e dominantes.

Segundo Carneiro (2020), tais reflexos aparecem como pilares nas relações sociais e interpessoais, enraizadas nas mistificações que atuam como mecanismos do aparelho simbólico e imaginário, no qual a leitura desta problemática é romantizada pela miscigenação, que é um tanto simplista e deslocada das origens e significados históricos e culturais, num movimento de subalternização, à medida que permite secundarizar as questões concernentes ao debate étnico-racial.

É decerto, portanto, que a realidade ainda tem resquícios negativos, nada residuais, de uma construção ideopolítica desumana dos corpos negros, e

que ainda são absorvidos por uma estrutura que segrega visceralmente, e que recortam episodicamente a questão racial, sem a devida análise e interpretação a partir da contextualização frente ao produto histórico, sem também a interseção com os demais eixos sociais, de classe, de gênero, entre outros.

Nesta monografia, compreende-se o racismo como uma estrutura de privilégio racial, econômico, político e de subordinação. Reconhecemos que como mulheres brancas brasileiras, nos constituímos racistas por definição, pois, enquanto indivíduos crescemos sob a égide do mito da democracia racial.

No entanto, assumimos que podemos desaprender os consensos ao reconhecer tais imposições, desconstruir o naturalizado, e nos revisitarmos a partir de um letramento racial para compor esta luta tão necessária (CURI, RIBEIRO e MARRA, 2020).

Já no caso das sociedades de origem latina, temos o racismo disfarçado ou, como eu o classifico, o racismo por denegação. Aqui, prevalecem as “teorias” da miscigenação, da assimilação e da “democracia racial”. A chamada América Latina que, na verdade, é muito mais ameríndia e amefricana do que outra coisa, apresenta-se como o melhor exemplo de racismo por denegação (GONZALEZ, 1988, p. 73).

Nessa esteira, cabe frisar que a visão eurocêntrica ocidental constitui essa ideologia em seu imaginário social colonial, que internaliza sua forma ideológica com base em operadores simbólicos que denotam o mito da democracia racial, ao diluir as expressões socioculturais e anular as sociodiversidades de maneira fragmentada e deslocada das respectivas origens raciais, étnicas e identitárias.

A escritora, teórica e psicóloga Grada Kilomba – em sua obra Memórias da plantação (2019), cujo foco reside no exame dos traumas e, como indica, da memória das máscaras de silenciamento, fantasias, inferiorização e domesticação diante do colonialismo – analisa o mundo conceitual branco que invoca a alienação para forçar as identidades.

Nesse sentido, a branquitude alucina, em termos de introjeção e psique, ao passo que apela para explorar uma outridade, mecanismo de entocar seu ego ao antagonizar o próprio “eu” ao projetar no tido como “outro” – o sujeito negro, objetos externos rejeitados de si para o sujeito branco privilegiado escapar dos aspectos “que a sociedade branca tem reprimido e transformado em tabu, isto é, agressividade e sexualidade” (KILOMBA, 2019, p. 37).

Essa associação àquilo que se personifica como desdenhável e menosprezável configura uma representação relacional e dependente do que a branquitude desenha no seu imaginário sobre si a partir da criação imprópria daquilo que adota como “outro”.

Esse absurdo irracional enterrado no inconsciente, como Grada Kilomba (2019) chama atenção, recebe perversamente o processo de repressão como parte de uma resistência e censura na qual o sujeito branco tenta enovelar os conflitos, choques e desconfortos quando tensionado e confrontado por verdades para “fazer (e manter) o conhecido desconhecido” (KILOMBA, *idem*, p. 42).

Essas ferramentas de defesa do ego e peças da identidade construída pela branquitude, de recusar reconhecer as verdades, são as formas perpetradores do racismo, nos contornos dramáticos da negação, da culpa - como “infração da interdição moral” (KILOMBA, *ibidem*, p. 44) e da vergonha, porque até mesmo o ato de falar e ouvir está preso num processo de negociação e autorização, respectivamente, entre o falante e os interlocutores, numa espécie de pertencimento à medida que uma voz é “permitida” ser expressa e escutada.

A sociedade branca, portanto, espelhada numa lógica colonial, desbotada do materialismo histórico sob a quimera da democracia racial, ainda mantém o apossado privilégio do conforto e imunidade na ordem social, consagrada pela alienação da supremacia branca, mas que para além do imaginário, estrutura e é determinante das relações de sociais e de poder.

Em razão disso, entendemos que o sujeito não se desvincula da ideologia, pois ele é um sujeito socializado, ou seja, ele discursiva de acordo com suas marcas do social, do ideológico e do histórico, em que ora é assujeitado pela ideologia que o domina, ora pelo seu próprio inconsciente (SANTOS; AZEVEDO, 2020, p. 17).

Enquanto o racismo infecta a realidade social, que se recai no desprestígio da legitimidade dos negros como sujeitos e atores reais, autônomos, políticos, sociais e individuais, a produção e a reprodução da vida social são avassaladas pela violenta opressão, discriminação, marginalização e objetificação.

O racismo (estrutural e estruturante) encontra-se tão presente pelos processos de naturalização da "construção da diferença e sua associação com

uma hierarquia” (KILOMBA, 2019, p. 76), que configuram estigmas e estereótipos à proporção que acompanha a influência do poder a partir das esferas políticas, históricas, econômicas e sociais.

Ainda de acordo com Grada Kilomba (idem, p. 76):

O racismo, por sua vez, inclui a dimensão do poder e é revelado através de diferenças globais na partilha e no acesso a recursos valorizados, tais como representação política, ações políticas, mídia, emprego, educação, habitação, saúde, etc.

Ainda com base na referência da obra da Grada Kilomba (ibidem), é imprescindível compreender como o racismo em níveis estrutural, institucional e cotidiano opera em detrimento da desvantagem patente e do tratamento desigual das pessoas negras em comparação com os brancos privilegiados.

Esse padrão contínuo de descaso, abuso e negligência expõe ações de vigilância e monitoramento constante dos sujeitos negros por submetê-los nesse lugar imaginário do “outro”, como uma escancarada exclusão e marginalização determinada pela alienação idealizada do sujeito branco.

Mediante essa presença desconfiada do “outro”, os sujeitos negros na verdade, torna-se alvo pela vulnerabilidade do branco, que depositam essa cólera racista. De maneira que intercepta a singularidade e a própria vida de pessoas negras, “acidentadas pela matriz da opressão” (AKOTIRENE, 2019, p. 29), são vítimas da necropolítica.

Por fim, esse “etiquetamento” faz parte da seletividade racial que o sistema de poder da branquitude incorre para se privilegiar por meio de oportunismos. Dessa forma, conforme assinala Angela Davis (2016), Raça é a maneira como a classe é vivida.

Como sugere Patrícia Hill Collins (2009), não se pode esquecer que nenhum de nós está posicionado de forma neutra na sociedade. Quando acionamos a ideia de branquitude, por exemplo, é uma forma de lembrar às pessoas brancas que a maneira como pensam, escrevem e falam estão informadas por um conjunto de elementos que envolvem assimetria de poder.

Sem dúvida, a branquitude não informa o pensamento e práticas apenas a brancos, pessoas negras também o fazem. A diferença é que apenas pessoas brancas usufruem dos privilégios impostos pela branquitude (FERREIRA, 2020).

2.3 Ser Mãe: A Invisibilidade Feminina enquanto Ser Social

É imprescindível assinalar que a dimensão subjetiva de cada mulher-mãe-profissional é consideravelmente distinta pela particularidade que a especifica, visto que a vivência depende de uma série de elementos relativos, numa multiplicidade de diferenciações, como a autora Adriana Piscitelli (2008) alude, por meio de ferramentas analíticas, numa abordagem interseccional.

A partir da ideia de conceito e categoria, cabe recuperar reiteradamente Piscitelli (2008), pois apesar de haver alguma interação entre gênero, classe e raça, é ainda assim significativamente particular cada um desses marcadores, que não se sobrepõe, muito menos se equaliza, mas que compreende um universo diverso que pode se entrecruzar em certo grau.

Para Ângela Davis (2016), é preciso perceber as intersecções entre raça, classe e gênero, de forma a compreender que entre tais categorias existem relações que são mútuas e outras que são cruzadas.

Na medida em que se costuram os devassados sentidos, face a hierarquia de poder, percebe-se que os marcadores de gênero, classe e raça diante dessa ordem e lógica do capital que se reveste das estruturas de dominação, atua numa espécie de controle e regulação dos sujeitos, sobretudo feminino e coloniais.

Assim, a interseccionalidade proporciona lentes sugestivas para examinar o que poderia se perder na tradução, em situações de ideias deslocadas entre diferentes comunidades de interpretação, com diferentes níveis de poder (COLLINS, 2017, p. 7).

Além disso, cabe também destacar que há uma conotação crítica como base dessa reflexão sobre o ininterrupto e frenético trabalho da tríade que se afunila e recai sobre a mulher-mãe-profissional.

Dentre as consequências, observa-se a intensificação dos contrastes, sinônimos da exclusão social e sobrecarga dos trabalhos não remunerados das mulheres, sobretudo das mães. Ademais, é importante colocar que o rompimento com a mera causalidade dos fenômenos pode decodificar o materialismo e a concretude sócio-histórica imbricada estruturalmente nas demais determinações da vida social para costurar tais sentidos.

O ser mulher enquanto mãe é um fenômeno socialmente construído, acorrentado pelos mitos idealizados do amor à maternidade, pressionado por

cobranças sociais, que operam como um acessório funcional para realizar o ideal liberal e patriarcal, que ocupam espaços com o conforto do privilégio, despreocupados com cuidados, afazeres e responsabilidades invisíveis.

Essa referência, de um modelo do homem burguês branco, subjuga e reduz a mulher e mãe à domesticação, com um código comportamental de servidão tão forçado, que não há projetos e realizações individuais que combinem com a priorização de uma mãe sublime, sem o próprio poder de autodeterminação.

Segundo Engels (1986), a função de subserviência, sob o domínio do homem, é alicerçada na ideia de formação da família na qual a mulher-mãe se detém na base da reprodução e prestação de serviços, no trato das relações e trabalho doméstico, para atender as demandas da família. Como representação e reflexo de uma instituição social e da propriedade privada.

(...) enquanto ela permanecer excluída do trabalho produtivo social e confinada ao trabalho doméstico, que é um trabalho privado. A emancipação da mulher só se torna possível quando ela pode participar em grande escala, em escala social, da produção, e quando o trabalho doméstico lhe toma apenas um tempo insignificante (ENGELS, p. 58, 1986).

A atitude iminente e automática de associar a mãe-mulher à condição submissa origina-se pela supremacia da natureza do homem no espaço privado, enraizada pela referência patriarcal de família.

Enquanto instituição, a família, recebe também, orquestradamente, influências dos valores religiosos, sobretudo a partir da teologia cristã, que repousam como prioridade estatal, sendo penhorada como base da sociedade e alvo de proteção por parte desta.

Há ainda uma idealização, sob um cunho religioso, moral e doutrinário, da tendência cultural canônica do regime monogâmico matrimonial, onde a figura paterna se configura como um poder hierárquico de autoridade. Para Badinter (1985, p. 45), esse mecanismo é “vital para a manutenção de uma sociedade hierarquizada, em que a obediência era a primeira virtude, o poder paterno devia ser mantido a qualquer preço”.

Helena Hirata (2015) afirma que as assimetrias embutidas nas relações de gênero e na divisão sexual são "relações entre trabalho/família/sociedade, e trabalho/saber/poder" (HIRATA, idem, p. 4) que "formam um círculo vicioso e não virtuoso”.

Assim, ao interpretar a situação do ser mulher no capitalismo a partir de Saffioti (1979), nota-se como alija esse descontrole imperativo, reificado pelo modelo heteropatriarcal em detrimento da existência feminina, que a submete a um caráter passivo e instintivo, sobretudo da mãe para a sociabilidade capitalista.

Essa incursão, que cisma em enovelar a mulher na existência do outro, desvenda-se a partir da marginalização no plano socioeconômico e cultural face ao fator gênero, em que as relações de dependência se estruturam ao ser configurada para a categoria de cuidado imbricada na dimensão da vida enquanto sujeito feminino.

Em virtude da reprodução, cumpre assinalar que parte das relações sociais, e de gênero sobretudo, se constituem e são articuladas com a unidade contraditória da própria lógica funcional da sociedade capitalista, numa espécie de "relação de maneira constitutiva a necessidade de preservação da figura subalterna" (SAFIOTI, 1992, p. 184).

Diante disso, é decerto que há uma estrutura de poder envolvida nas relações de gênero, como elemento constitutivo das relações sociais, as quais se apresentam no sistema capitalista através da realização de atividades não-rentáveis e não remuneradas, quase que automaticamente delegadas às mulheres.

Na trama das relações de poder e gênero entre mulheres e homens, evoca-se uma forte representação simbólica que muito se permeia sobre o perfil e a figura da mulher, idealizada pelo familismo e o maternalismo.

As capacidades das mulheres para maternar e suas habilidades para retirar disto gratificação são fortemente internalizadas e psicologicamente reforçadas, e são construídas, ao longo processo de desenvolvimento, no interior da estrutura psíquica feminina. A organização social de gênero afeta, por conseguinte, os processos e as estruturas psíquicas inconscientes. É preciso, todavia, lembrar que se trata de um processo de mão dupla: os mesmos processos através dos quais a maternagem se reproduz, por efeito do padrão dominante de relações de gênero geram tensões capazes de minar, ao se reproduzirem a organização social de gênero (SAFIOTI, idem, p. 190-191).

É, em efeito deletério, visceralmente, uma maneira de segregar, se apropriar, e até privar a mulher de prosperar sua autonomia, por deparar-se detida e submetida ao enfoque reducionista e funcionalista. Tal tendência imediata quase exclusivamente atrela-se a uma correlação intrínseca com a

mulher, enquanto cuidadora natural, de desempenhar o papel diário e geracional de reprodutora, conciliado com os afazeres domésticos.

Desse modo, observa-se como é recebida a influência das imposições a partir dessa organização social diante da sociedade capitalista que apropria com diferentes pesos às tarefas desempenhadas por homens e mulheres.

É ainda sob os determinantes econômicos, políticos e ideológicos em primazia, que alimentam essa lógica esvaziada, recortada e a-histórica que sustenta a acumulação do capital e que reflete as relações sociais e interpessoais, em consideração a categoria de gênero.

Tais desdobramentos e implicações reverberam-se diretamente na permanência e reprodução plena dos sujeitos sociais, especialmente de mulheres-mães, que são desvalorizadas e subvalorizadas nas demais esferas da vida privada devido a naturalização da sobrecarga, tensão constante e a exaustão em detrimento das dimensões intelectuais e emocionais.

A cultura essencialista revisita a ideologia machista, uma vez que se manifesta a partir de uma desvantagem social ao clivar os trabalhos secundários, onde a mulher encontra-se em condições subalternas. Além disso, há outros obstáculos envolvidos, como a dificuldade de inserção no sistema produtivo, dificuldade de reconhecimento no mercado, equiparação salarial e até mesmo discrepância da divisão de tarefas cotidianas e básicas do âmbito doméstico, de modo que os homens, por outro lado, dispõe de um fator prioritário.

Diante da macroestrutura e do plano estrutural que desenham uma pirâmide social a partir de um projeto societário, evidencia-se como os fenômenos sociais da categoria de gênero podem ser percebidos envernizados sob mitos e sujeitos universais, modulada histórica e socialmente, onde aparece a supremacia masculina com prioritário acesso das esferas produtivas, com prestígio e valor social adicionado (HIRATA, 2015).

2.4 Monoparentalidade Feminina: Desafios impostos à Maternidade Solo

A configuração da família monoparental, chefiada por mulheres, refere-se aos casos em que a mulher assume o papel de provedora, sem a

figura paterna, desempenhando diversas funções e exercendo múltiplas jornadas de trabalho: mãe, dona de casa e profissional (BABIUK, 2015, p. 1).

Nesse sentido, Graciele Babiuk (idem) ressalta que o fenômeno tem contornos abruptos no sustento e no cuidado dos seus dependentes, pois em suma, “as famílias monoparentais de mães sozinhas com filhos são mais vulneráveis no plano econômico, no provimento de víveres e nos cuidados prestados aos filhos” (BABIUK, ibidem, p.2).

Além disso, esse panorama familiar agrava-se quando se associa a questão de gênero à questão étnico-racial, uma vez que de acordo com dados do IPEA e do IBGE, 45% dos lares brasileiros são chefiados por mulheres; 63% deles, por mulheres negras e que estão abaixo da linha da pobreza.

É sob o fardo das múltiplas jornadas de trabalho que a esmagadora maioria de mulheres-mães encontra-se. Além disso, as implicações retumbantes da organização do cuidado, ancorada numa dinâmica social perversa, as impedem de desfrutar de acúmulos de rendas ou de quaisquer privilégios.

Por conseguinte, a mãe solo depara-se com esse desequilíbrio relacional e conjugal para o marcador de gênero e bastante desafortunada face à sobrecarga dos compromissos inexoráveis concentrados na dimensão da vida, evidenciada, também, pelas diferenças nos arranjos econômicos entre raças.

Para Borges (2020), no campo social – como únicas encarregadas do lar, da criação, da educação e do cuidado, enquanto referência materna diante da monoparentalidade – adensam-se os desgastes emocionais, sobretudo pelo constante sentimento de preocupação em lidar com as demandas e carências ao suprir o lugar simultâneo de cônjuge, onde outras necessidades sociais podem ficar aquém diante da contínua imensidão de obrigações e tarefas diárias, destinadas às mães solas:

Ademais, se vislumbrada a realidade social em que as mães solo estão inseridas, o número de mulheres que efetivamente optam pela maternidade solitária de forma voluntária e planejada ainda representa um número tímido, se comparado, por exemplo, à realidade das mães solitárias decorrentes do abandono ou da omissão paterna. (BORGES, idem, p. 11).

Diante dessa realidade, a mãe solo encontra-se subsumida para atender ao sistema capitalista vigente, expresso pela determinação econômica

com maior peso. Para ao padrão machista que ainda determina o *status* social, a entidade monoparental, segundo Simone Beauvoir (1970, p. 176), “é-lhe, por assim dizer, proibida, sendo a mãe solteira objeto de escândalo”.

De acordo com Borges (2020, p. 14):

(...) o termo “mãe solteira” é deveras ultrapassado para utilizar como denominação das mulheres com filhos(as) e que não estão inseridas em um relacionamento matrimonial, uma vez que a alteração do estado civil atualmente em nada influencia na realização da maternidade.

Há ainda um enlaçamento romantizado esculpido para relativizar as atividades não remuneradas assumidas por mães solas. Somado a isso, a figura materna ainda “é uma realidade numerosa que incorre na sobrecarga da mulher no acúmulo de tantas funções” (BORGES, idem, p. 14).

Ao confrontar os números que retratam a realidade social, observa-se a discriminação da mulher no recorte mais expressivo diante da raça/cor, no qual “o arranjo domiciliar formado por mulheres pretas ou pardas como responsáveis, sem cônjuge e com filhos menores de 14 anos de idade foi o que concentrou a maior incidência de pobreza” (IBGE, 2021, p.67).

Ora, cabe, também, considerar que as oportunidades para as mulheres-mães já flagram disparadamente as dificuldades a depender do exercício da monoparentalidade, visto que a escolha entrevê a realização profissional diante de compatibilizar as conciliações da maternidade.

(...) a tradicional ética de cuidado, associada ao mundo doméstico, assente na preponderância da atenção às necessidades dos outros, e que terá conduzido à interiorização do dever moral de abnegação, no sentido da negação de si a favor dos outros (BALIANA, 2013, p. 42).

No bojo da sociedade capitalista, as mães solas se desdobram com dificuldades sociais e econômicas, e sentem a desgastante e intensa angústia em driblar as múltiplas atividades, relações e responsabilidades.

É sob as lacunas na ausência de redes de apoio e parcas políticas públicas, que a vida privada da mãe solo é desqualificada à medida que “enfrenta jornadas árduas de trabalho extra e intrafamiliar” (BALIANA, idem, p. 49).

A dupla solidão (social e econômica), diante dos esforços e sacrifícios de gerenciar a renda, os cuidados, a família e o taciturno lado emocional, as famílias monoparentais, com a figura feminina, tem seus dias úteis e feriados sem distinção, tempo que sequer há diferença entre trabalho e ócio.

CAPÍTULO 3

A MATERNIDADE ESCOLA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ)

O presente capítulo trata de alguns aspectos importantes da Maternidade Escola da Universidade Federal do Rio de Janeiro, espaço institucional onde realizei todos os períodos de estágio curricular obrigatório em Serviço Social, desde a trajetória histórica da instituição, passando por sua missão, valores, organograma, desafios enfrentados e, também, pelo trabalho realizado pelo Serviço Social da Maternidade Escola.

O capítulo destaca, ainda, a minha experiência enquanto estagiária, os aprendizados e as relações institucionais com as quais muito aprendi durante todo o longo período de estágio.

3.1 Contextualização Histórica da Instituição

A Maternidade Escola da Universidade Federal do Rio de Janeiro foi fundada em 18 de janeiro de 1904, com o nome de Maternidade do Rio de Janeiro. Está localizada na Zona Sul, no bairro de Laranjeiras. A instituição funciona 24 horas por dia e possui Centro Obstétrico, UTI Neonatal, Banco de Leite Humano, Ambulatório (às quartas-feiras o ambulatório de mola presta acompanhamento e atendimento), Alojamento Conjunto, Farmácia e serviços de apoio, como laboratório de análises clínicas e de patologia.

Cumprе mencionar que a Instituição é um centro federal de referência de ensino, pesquisa e extensão, de caráter público, credenciada à rede do Sistema Único de Saúde (SUS).

Como uma instituição pública federal, recebe recursos financeiros do Ministério da Saúde e do o Ministério da Educação e Cultura, com recursos subsidiados pelo gestor financeiro do Fundo Nacional de Saúde, e por meio também do Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (REHUF) – em acordo com os termos do artigo 4º da lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990.

Ao ser integrada à rede SUS, ingressam no pré-natal pessoas gestantes encaminhadas pelo Sistema Nacional de Regulação (SISREG) para

vagas ambulatoriais e leitos de internação. O setor de emergência/classificação de risco atende pessoas que gestam e pessoas do sobreparto encaminhadas através dos sistemas de regulação municipal e estadual, ou que fazem pré-natal nas unidades de saúde que tem a Maternidade Escola como referência, que pertence a área Programática 2.1 (AP 2.1), que englobam e corresponde os bairros desde a Glória até São Conrado, na Zona Sul do município do Rio de Janeiro.

As unidades de saúde de referência são: Centro Municipal de Saúde (CMS) Manoel José Ferreira, CMS Chapéu Mangueira-Babilônia, CMS Rocha Maia, CMS Dom Hélder Câmara; Clínica da Família (CF) Cantagalo-Pavão-Pavãozinho e CF Santa Marta.

As unidades de saúde estão distribuídas por toda a região, permitindo a cobertura das comunidades de Santo Amaro, Tavares Bastos, Morro Azul, Chapéu Mangueira/Babilônia, Santa Marta, Tabajaras, Cantagalo-Pavão-Pavãozinho, Vidigal, Cruzada/São Sebastião e Rocinha.

No entanto, apesar desse recorte territorial ser a área de abrangência e maior incidência, são atendidas também todas as pessoas que procuram por demanda espontânea, a depender das condições objetivas da instituição, como a capacidade de alocação das pessoas nos leitos.

É importante reiterar que a Maternidade Escola, hospital escola, é um espaço de formação de estudantes de diversos cursos da universidade, ligados à área da saúde sexual e reprodutiva, que complementam sua formação com estágio, internato, residência e especialização, entre outros, dos cursos de graduação em medicina, enfermagem, nutrição, serviço social, psicologia, fonoaudiologia, fisioterapia e saúde coletiva. Além disso, a equipe também inclui técnicos e auxiliares.

A referida Instituição presta assistência integral à saúde as pessoas que gestam e bebês recém-nascidos, com perfil multiprofissional, prestando serviços como os ambulatórios especializados na assistência pré-natal (preferencialmente destinados a média e alta complexidade, a portadores de hipertensão arterial, diabetes, cirurgia pós-bariátrica, gestação gemelar, patologias fetais, adolescentes e entre outros), programa de rastreio de risco para gestantes no primeiro trimestre, planejamento familiar, genética pré-natal e medicina fetal.

Enquanto um centro de referência regional, a Maternidade Escola ocupa uma posição de destaque face à qualidade do acesso do atendimento público destinado às pessoas que gestam com comorbidades clínicas e, portanto, que se enquadrem numa gestação de alto risco, ou ainda, onde seja identificada uma gravidez que possa comprometer a vida da pessoa - sobretudo a gravidez molar, que na verdade é uma patologia, uma complicação da gravidez com alta capacidade para evolução tumoral maligna, a doença trofoblástica gestacional.

Além disso, sinalizam-se algumas intercorrências durante a gestação, a exemplo de casos em que o feto é incompatível com a vida extra uterina devido a alguma condição patológica, como a má-formação, como é o exemplo da anencefalia.

Em agosto de 2000 foi implantado o Programa “Mãe-Canguru”, importante passo na política de humanização da assistência ao recém-nato prematuro e seus familiares, que consiste em promover uma atenção humanizada ao recém-nascido de baixo peso ao colocá-lo em contato pele a pele precocemente com seus progenitores – a fim de oportunizar o fortalecimento do vínculo afetivo, ao passo que também permite a participação e o envolvimento dos responsáveis nos cuidados neonatais.

Em meio a pandemia do COVID-19, a Maternidade Escola da UFRJ recebeu o título histórico de Hospital Amigo da Criança. A Iniciativa Hospital Amigo da Criança (IHAC) promovida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e instituída em parceria com o Fundo de Emergência Internacional das Nações Unidas para a Infância (Unicef), desenvolve essa estratégia a fim de promover, proteger e apoiar o aleitamento e à saúde integral da criança – que também foi incorporado pelo Ministério da Saúde.

Essa bandeira, que a própria instituição também defende, foi obtida no ano de 2020, ao ser certificada da qualidade e do sucesso no comprometimento do aleitamento materno, no qual o Ministério da Saúde conferiu e forneceu essa reputação à Maternidade Escola da UFRJ.

Em janeiro de 2005, a Maternidade Escola da UFRJ foi certificada pelo Ministério da Educação e pelo Ministério da Saúde como Hospital de Ensino por meio da Portaria Interministerial MS/MEC nº 50 de 3 de janeiro de 2005. Em novembro de 2007, novembro de 2009 e dezembro de 2012 foi

reavaliada pela Comissão Interministerial de Certificadores, por meio da Portaria Interministerial MS/MEC nº 2.400 de 2 de outubro de 2007, como parte do processo de recertificação.

Em 2022, com o profícuo avanço da campanha de vacinação da Covid-19, e frente ao panorama epidemiológico mais favorável ao retorno das atividades presenciais, o projeto Cegonha Carioca volta a funcionar na Maternidade Escola.

O referido projeto consiste em realizar uma visita na Instituição para familiarizar os futuros pais com a estrutura e o ambiente hospitalar, além de viabilizar algumas prévias informações, sobretudo a respeito do momento do parto, para que procurem a Maternidade para internação com o devido preparo do que é permitido e necessário levar.

Essa visita à maternidade é agendada para o 3º trimestre dentro da idade gestacional referente às semanas (entre 27 a 40 semanas) que se encaixam nesse período compreendido entre o 7º, 8º e 9º mês da gravidez. Além de conhecer a maternidade, os adultos de referência desse vínculo afetivo com fetos, participam de ações educativas e, ao final da visita pela instituição, recebem de presente o kit do Enxoval Cegonha.

Atualmente, a Maternidade Escola é uma unidade especializada, que dispõe de assistência ambulatorial e hospitalar, multiprofissional, oferecendo linhas de cuidado específicas na atenção à saúde de gestantes e recém-nascidos de alto risco.

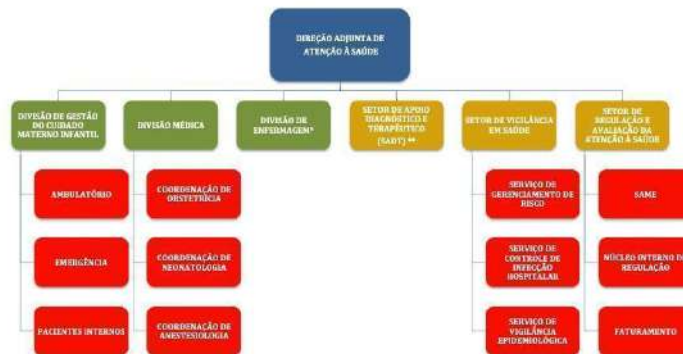
Além disso, a instituição possui ambulatórios especializados na assistência pré-natal (preferencialmente destinada a portadoras de hipertensão arterial, diabetes, cirurgia pós-bariátrica, gestação gemelar, patologias fetais, adolescentes e entre outros), programa de rastreamento de risco para gestantes no primeiro trimestre, planejamento familiar, genética pré-natal e medicina fetal.

3.2 Estrutura Geral da Instituição (Organogramas)

Direção Geral

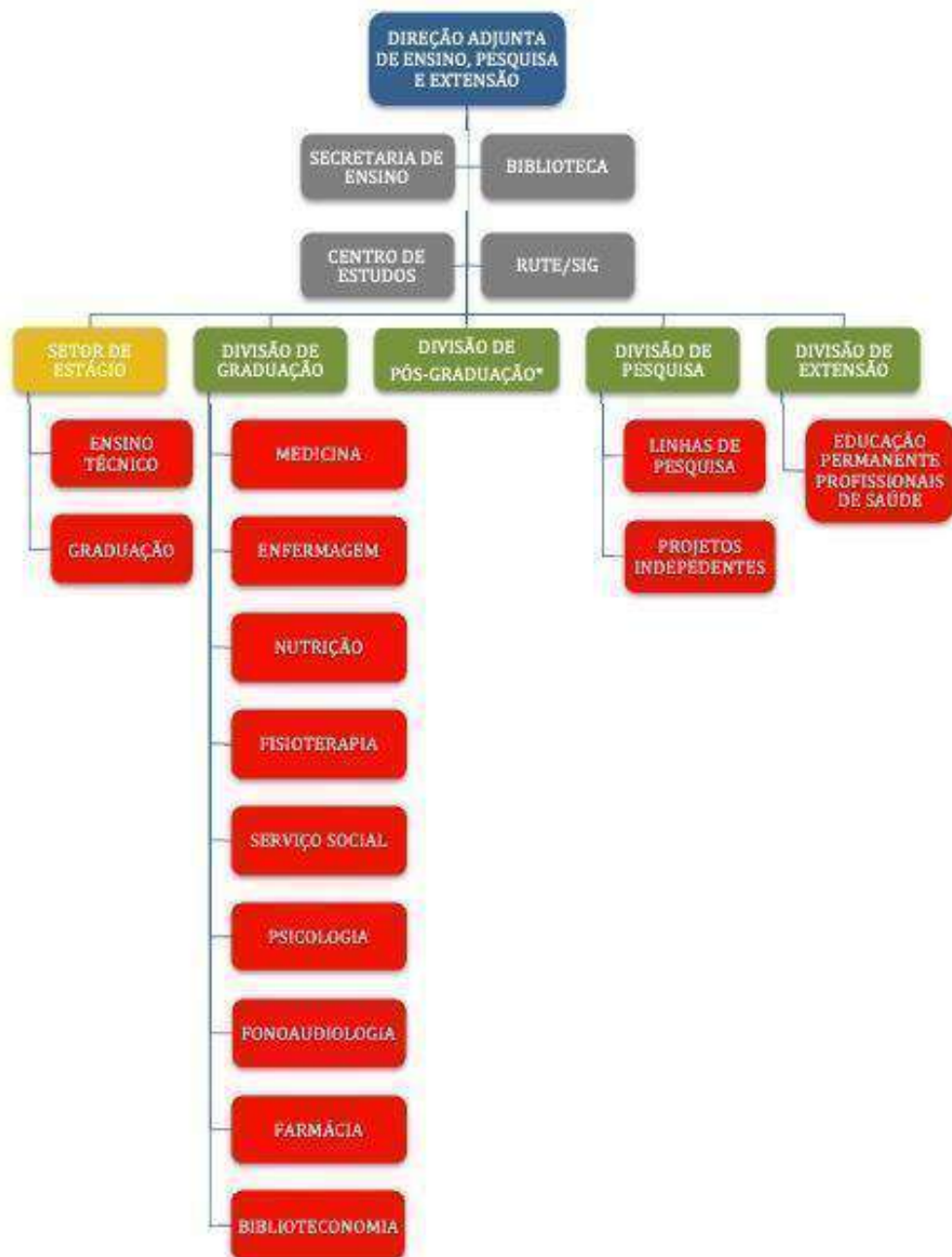


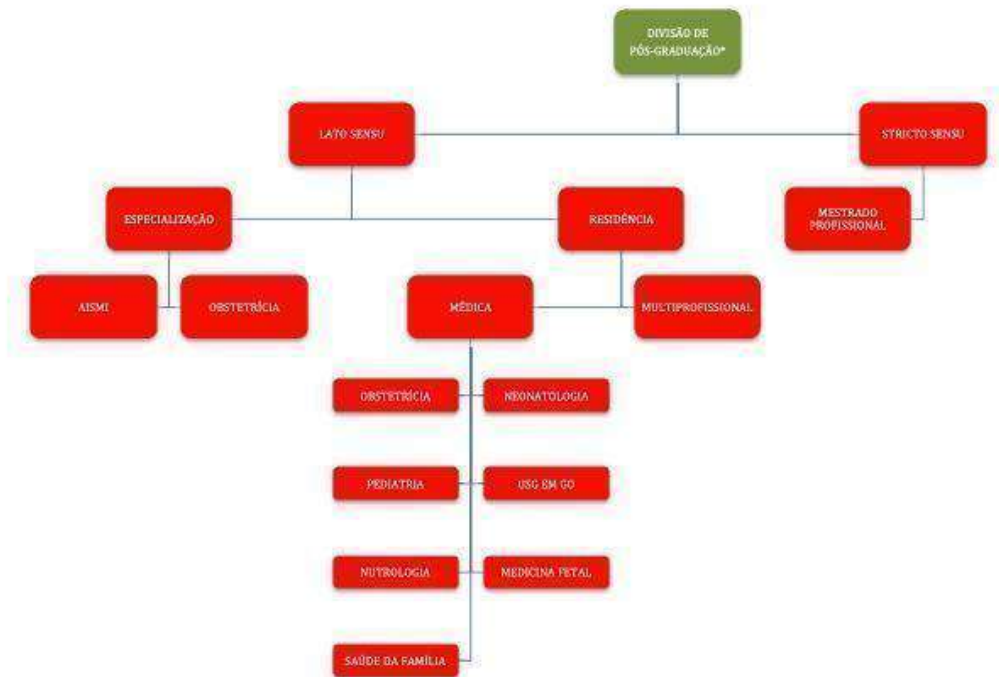
Direção Adjunta de Atenção à Saúde



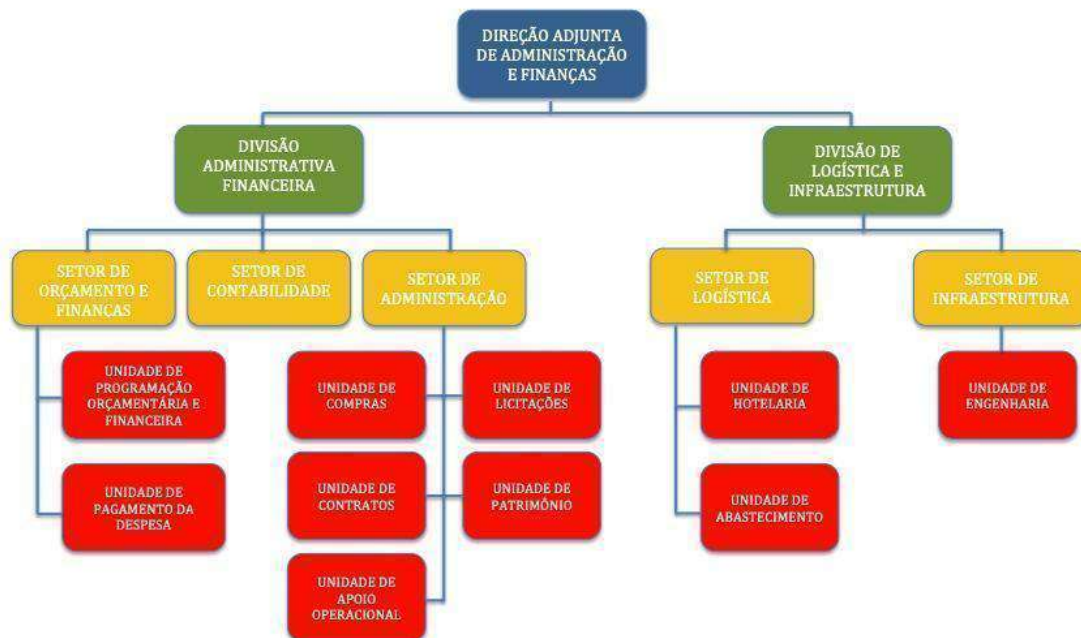


Direção Adjunta de Ensino, Pesquisa e Extensão





Direção Adjunta da Administração e Finanças



Direção Adjunta de Gestão de Pessoas



3.3. Objetivos e Finalidades Institucionais

Missão Institucional

Promover o ensino por meio do desenvolvimento de modelos de gestão clínica, pesquisa e inovação tecnológica em saúde perinatal, visando à formação de profissionais com compromisso social.

Visão

Ser reconhecido como centro de referência em modelos de ensino, pesquisa e inovação tecnológica na assistência perinatal.

Ouvidoria

A ouvidoria é um espaço democrático para receber sugestões, elogios e/ou críticas do público interno e externo sobre o atendimento, instalações e serviços oferecidos na Instituição. Seu foco estratégico é utilizar esse canal para estabelecer uma comunicação entre o hospital e os usuários e seus funcionários a fim de buscar a satisfação, sobretudo dos usuários, com os serviços prestados pelo hospital.

3.4 A História do Serviço Social na Maternidade Escola

O Serviço Social da Maternidade Escola da UFRJ atua no ambulatório e na admissão, no alojamento conjunto, na emergência obstétrica e no complexo neonatal. Desenvolve ações junto aos usuários, familiares, demais

profissionais e comunidade geral, no sentido de identificar recursos e de fazer uso deles no atendimento e na defesa dos direitos sociais das(os) usuárias(os) que buscam a unidade para atenção em pré-natal, parto e puerpério.

Sobre o perfil das(os) usuárias(os), salienta-se que o ingresso é realizado pelo Sistema Nacional de Regulação (SISREG), sendo referenciadas para a Maternidade Escola. Compõem esse perfil, majoritariamente mulheres cisgêneras, que são admitidas e acolhidas institucionalmente até às 32 semanas de idade gestacional, para acompanhamento multiprofissional durante as consultas de pré-natal até a internação para o parto.

Ademais, para além das descrições supracitadas, o Serviço Social também é requerido para solicitar informações concernentes às políticas sociais, tais como a previdência social, que por meio do serviço prestado, a categoria profissional desempenha a capacidade de sinalizar uma possível qualidade de segurado, bem como benefícios de caráter previdenciário como a licença-maternidade, o auxílio-doença, salário-maternidade, entre outros; quanto à assistência social, é pertinente elucidar o atendimento oferecido pela unidade pública de referência para identificar possíveis indicações que atendam as elegibilidades face aos critérios dos programas e benefícios sociais existentes.

Além disso, compõe em primazia, tamanha gama de orientações e encaminhamentos que reforçam a promoção da saúde e ações de prevenção disponibilizadas às usuárias, a fim de que solicitem, por exemplo, na Clínica da Família o interesse em realizar o planejamento familiar/reprodutivo.

Dentro da própria Instituição, associado ao Cartório do Catete, funciona essa parceria a fim de disponibilizar serviços de registro civil exclusivamente para os usuários que encontram-se na Maternidade Escola, seja para fins de certidão de nascimento ou certidão de óbito, que oferece também em conjunto com a Defensoria Pública gratuitamente, a averiguação de paternidade. O Serviço Social por sua vez, transmite aos usuários a importância do registro civil, uma vez que em consonância com as demais políticas públicas, os usuários depende do documento da certidão de nascimento para acesso e cadastramento em programas sociais, bem como o acesso integral, via cidadania, à saúde e à educação, a fim de evitar o sub-registro civil.

Nesse sentido, portanto, o Serviço Social viabiliza essas informações, principalmente quanto aos recursos gratuitamente dispostos, com relação à declaração de nascido vivo emitido pela própria instituição – como parte institucional padronizada das maternidades, bem como o sepultamento decorrente de uma interrupção gestacional lícita ou uma situação de abortamento, a depender de fatores como, em exemplo, a idade gestacional, exclusivamente válida para residentes do município do Rio de Janeiro. A atuação perpassa também o Centro Obstétrico, que dispõe de uma equipe multidisciplinar nesse setor, no qual o Serviço Social é incluído.

Atua em permanente articulação com a rede de serviços comunitários, prioritariamente, em equipamentos de saúde e assistência social da região programática (AP 2.1) da Maternidade Escola (rede social/rede de apoio – Clínicas da Família e Centros Municipais de Saúde; Centros de Referência de Assistência Social; Conselhos Tutelares; Vara da Infância, da Juventude e do Idoso; Ministério Público; Defensoria Pública; Ministério do Trabalho; INSS, projetos e programas sociais, Centros de reabilitação, dentre outros).

A prática educativa pode ser bem evidenciada por pressupor uma prática sócio-ocupacional observadora, reflexiva e crítica. Diante disso, cabe destacar que envolve-se na prática profissional, num movimento dialético da realidade concreta e laborativa, as dimensões das competências: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. No diálogo com os valores plurais e democráticos, o Serviço Social tem competência em fornecer informações no que tange os direitos sexuais e reprodutivos, trabalhistas, previdenciários e estudantis, que gravitam em torno da gestante, bem como realiza uma breve apresentação da rotina institucional, além da escuta qualificada, da observação participante e do registro da ficha social como parte da documentação escrita, como principais instrumentos do Serviço Social na instituição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho de conclusão de curso, inspirada pela minha experiência de estágio, tentei debruçar-me sobre o debate interseccional a respeito dos marcadores de gênero, raça e classe, objetivando uma compreensão crítica e articulada às opressões e discriminações estratificadas em tais marcadores.

De fato, gênero, raça e classe marcam o significado dos corpos e a subjetividade dos indivíduos, determinados e impostos pela sociedade capitalista.

Como observado, não se pode abordar a interseccionalidade, de maneira apropriada, sem mencionar o feminismo negro, pois uma das contribuições centrais das feministas negras foi justamente questionar a universalidade do patriarcado como sistema único de dominação (MORAES, 2018).

A colonialidade e o capitalismo – enredados pelas estruturas econômicas, políticas, ideológicas e culturais – tornam-se constitutivas do sistema-mundo patriarcal e racista.

Essa lógica hegemônica, fruto da cultura ocidental, encontra-se enraizada na matriz de poder, na qual gênero e raça se deparam e se entrecruzam frente às opressões e discriminações hierarquizadas, mediante a um processo de inferiorização, com discrepância piramidal, desses marcadores sociais.

Além disso, não se pode olvidar que o capitalismo no Brasil não opera de modo idêntico ao de países europeus, que trabalhadoras brasileiras não são trabalhadoras europeias – mesmo que a produção de valor e mais-valor as coloque em contato (FERREIRA, 2020).

Nesse sentido, é justamente sob as categorias de gênero e raça que a interseccionalidade reúne lentes analíticas para compreender as estruturas que determinam a dinâmica das relações de poder, e que no espaço social perfazem seus elementos de dominação e exploração.

No entanto, essas engrenagens agem desigualmente entre as mulheres, uma vez que as negras são as mais subalternizadas nesse

sistema-mundo, no qual a colonialidade de poder e gênero reduz suas subjetividades à margem.

Assim, inspiro-me em Kimberle Crenshaw (2002) para afirmar que a interseccionalidade é um conceito que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação.

A referida autora (idem) trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes, dentre outras.

Na esteira de Kimberle (ibidem), Sueli Carneiro (2003), por sua vez, assinala que – para além das rubricas da questão de gênero nos processos de dominação –, antes de tudo, a consciência dessa dimensão opressora é cimentada pelo racismo, que rebaixa o status dos gêneros.

Diante dessa dupla subvalorização, cabe salientar que as expressões da violência colonial atingem a população negra, mas, em especial, as mulheres negras. A violência do colonialismo encontra-se dissimulada pelo tal “universalismo” pregado pela perspectiva eurocentrista no feminismo brasileiro, carregado pela “identidade branca e ocidental da formulação clássica feminista” (CARNEIRO, 2003, p. 118).

Esse aspecto totalizante dos valores ocidentais da cultural particular que coexiste na colonialidade de gênero, sob o entendimento de Lugones (2014), é parte das “tentativas do colonialismo moderno de gênero de apagar a cosmologia, os costumes, a língua e a história dos povos colonizados, além da negação de sua humanidade que “legitimou” durante séculos sua exploração” (BAMBIRRA; LISBOA, 2019, p. 279).

Segundo Carneiro (2003), essa despreocupação travestida de apagamento, não só invisibiliza as mulheres negras, enquanto um movimento de resistência, mas, também, nega a validade de suas narrativas e referenciais na condição do ser mulher negra, inferiorizada sob mais uma hierarquia diante das opressões e discriminações.

O racismo é, portanto, um importante eixo articulador para compreender os nefastos impactos para as relações de gênero, uma vez que também determina a hierarquia de gênero nas sociedades capitalistas, e no sistema-mundo racista.

Além dessa problemática, cabe recordar o materialismo histórico na formação social e cultural do cenário brasileiro, ainda consubstanciado sob o mito da democracia racial, da visão romantizada e erotizada da miscigenação, paralelo ainda à ideia de meritocracia reproduzida pelo senso comum (LISBOA; BAMBIRRA, 2020).

Ademais, a existência política e a condição social, isto é, as bases da vida social da classe feminina são culturalmente perpetradas pelo ideal do homem branco burguês, que, sob os signos do paternalismo e do patriarcado, convencionou o perfil servil no qual a figura feminina confina-se à subordinação e à obediência. Essa sociedade conjugal, de domesticação da mulher, recai mais intensamente nas experiências das mulheres negras em particular.

O status do padrão social aparece configurado no dever e nas obrigações no espaço privado, compelindo as mulheres a atender as configurações do sistema capitalista como propriedade e mero objeto compulsivo de procriação.

Tal opressão hierarquizada a partir do marcador de gênero potencializa as engrenagens do capitalismo, que funcionam a partir do trabalho invisível, mal pago ou não remunerado, das mães-mulheres, dominadas e exploradas a desempenhar as funções de cuidado majoritariamente.

Para Borges (2020), contudo, o trabalho de cuidado atribuído às mulheres em relação às tarefas domésticas, a criação dos filhos e o cuidado com os idosos, apesar de integrar substancialmente a carga de trabalho semanal das mulheres, não é tido como trabalho propriamente dito, posto não ser dotado de valor de trabalho, notadamente por ser desde sempre desenvolvido pelas mulheres no seio de uma sociedade patriarcal.

Com a leitura de Butler (2018), compreende-se que as significações culturais são compelidas sócio-ideologicamente a reproduzir tais papéis de gênero, uma vez que o fato de a realidade do gênero ser criada mediante performances sociais contínuas significa que as próprias noções de sexo essencial e de masculinidade ou feminilidade verdadeiras ou permanentes também são constituídas, como parte da estratégia que oculta o caráter performativo do gênero e as possibilidades performativas de proliferação das configurações de gênero fora das estruturas restritivas da dominação masculina e da heterossexualidade compulsória.

Outro aspecto importante para corroborar com a nossa análise reside nas mistificações cristalizadas em torno do gênero/sexo em geral. Em virtude disso, Daniel Campos (2020) assinala que se forja um personagem imaginário que caracteriza a masculinidade a partir de uma noção de gênero também estereotipada e naturalizada.

Isto acontece porque a corrente dominante sob um viés de virilidade, experimenta o modelo hegemônico de homem cisheterossexual idealizado, no que confere *status* de legitimidade.

É, portanto, diante do conceito sócio-historicamente referenciado como construtos da masculinidade que se configura rótulos de identidade e autoridade cultural, ao se encaixar nos padrões normativos de gênero, raça e sexualidade.

Para encerrar essa breve reflexão, dialogo com Trindade (2022), para quem é fato incontestado que nas últimas décadas o Serviço Social brasileiro aproximou-se de maneira muito competente das discussões sobre as desigualdades de gênero, raça/etnia e diversidade sexual, produzindo – especialmente a partir dos anos 2000 – uma vasta literatura sobre tais temas.

De acordo com a referida autora (*idem*), contudo, tratam-se de discussões e debates que ainda suscitam inúmeras controvérsias no âmbito da profissão, sobretudo, na crítica a essas temáticas, tachadas, por vezes, de “identitárias”, que – para os críticos – esvaziam, fragmentam e fragilizam o debate de classe, considerado mais importante por alguns segmentos da categoria.

Além disso, é absolutamente notório que o Serviço Social vem desenvolvendo – do ponto de vista prático e teórico – inúmeras ações na perspectiva da recusa à exploração e à dominação de classe.

Tal recusa evidencia o seu compromisso com a classe trabalhadora, porém, cumpre salientar que as medidas para garantir o combate às desigualdades de gênero, raça e sexualidade no âmbito do Serviço Social ocorreram tardiamente, pois, tal preocupação emerge mais significativamente em 1993 com o Código de Ética, que tem como um dos princípios fundamentais “o empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade e à participação de grupos socialmente discriminados” (TRINDADE, 2022).

Na mesma esteira de Trindade (2022), Moraes (2018) destaca que o Serviço Social produziu em sua história recente uma importante contribuição aos estudos no campo das relações de gênero. A discussão em torno da referida categoria está presente nas pesquisas da área, e, além disso, assistentes sociais atuam diretamente com as dimensões que envolvem o debate sobre gênero, com especial destaque para os trabalhos sobre violência e direitos reprodutivos.

Os sentidos atribuídos ao gênero no campo do Serviço Social são variáveis – e isto, por óbvio, não é uma exclusividade da nossa área (MORAES, *idem*) – posto que, nos anos 1990 Joan Scott já apregoava que gênero é um conceito em permanente disputa. Logo, seu significado nunca se estabiliza.

Há no Serviço Social uma compreensão geral de que gênero trata das relações de poder na vida social, relações essas que atribuem posições assimétricas ao masculino e ao feminino (SCOTT, 1999). Desse modo, as desigualdades de gênero constituem-se como um dos focos da intervenção de assistentes sociais e das preocupações de pesquisas no âmbito da categoria.

Segundo Gracyelle Ferreira (2020), a nossa profissão olhou para si mesma situada na dinâmica da vida em sociedade, incorporou criticamente o debate sobre as relações de produção e reprodução capitalista para ir além daquilo que lhe foi reservado pela lógica dominante.

Todavia, chegou o momento de o Serviço Social olhar para si e para a sociedade mais uma vez e considerar de forma consciente, crítica e aprofundada o debate de raça e, obviamente, as discussões de gênero e sexualidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Carla Cristina Lima de. "Corpo e gênero: articulando um debate". Revista Em Pauta n.28, dez. 2011, p. 17-27.

ALMEIDA, Neide. A. (2017). Letramento racial: Um desafio para todos nós. São Paulo, SP: Fundação Tide Setúbal. Recuperado de <https://fundacaotidesetubal.org.br/noticias/noticia/3813/letramento-racial-um-desafio-para-todos-nos-por-neide-a-de-almeida>.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. O que é Racismo estrutural? (Coleção Feminismos Plurais). Belo Horizonte (MG): Letramento, Justificando, 2018.

ALVES, Andrea Moraes. Pensar o gênero: diálogos com o Serviço Social. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 132, p. 268-286, maio/ago. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.141>. Último acesso em: 23 de março de 2020.

AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade (Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro). São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BABIUK, Graciele Alves. Famílias monoparentais femininas, políticas públicas em gênero e raça e serviço social. Florianópolis, 2015. Disponível em: https://seminarioservicosocial.paginas.ufsc.br/files/2017/05/Eixo_3_269.pdf

BADINTER, E. (1985). Um amor conquistado: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

BARROCO, Maria Lúcia da S. Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos. São Paul: Cortez, 2001.

BARBOSA, Karla Maria da Silva. Feminismo e emancipação feminina: um estudo sobre a concepção da emancipação da mulher negra na Bambidelê - Organização de Mulheres Negras na Paraíba. João Pessoa, 2016.

BALIANA, Lúvia Karla. Monoparentalidade feminina e seus desafios: um estudo exploratório. (Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Política Social). Lisboa, 2013.

BRASIL. Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil. IBGE, Estudos e Pesquisas • Informação Demográfica e Socioeconômica, n.41, p. 1-12, 2019. Disponível em:< https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf>. Acesso em: 10 de julho de 2022.

_____. Barbárie e Neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. In: Revista Serviço Social & Sociedade. 106. Abril/Junho de 2011. Educação, Trabalho e Sociabilidade.

BEAUVOIR, Simone de. "O Segundo Sexo: a experiência vivida". Volume II. Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

_____. O Segundo Sexo, 1. Fatos e Mito. Difusão Europeia do Livro, São Paulo 1970.

BORGES, Lize. Mãe solteira não. Mãe solo! Considerações sobre maternidade, conjugalidade e sobrecarga feminina. Revista Direito e Sexualidade, n. 1, maio 2020.

BUTLER, J. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 16ª edição, 2018.

CAMPOS, Daniel. O NÃO LUGAR DOS HOMENS NAS AÇÕES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: experiências de beneficiários e profissionais do município do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2020.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas – UNICAP, 2020, p. 01-1; Disponível em: <https://www.patriciamagno.com.br/wp-content/uploads/2021/04/CARNEIRO-2013-Enegrecer-o-feminismo.pdf>.

CARNEIRO, Sueli. (2003). Mulheres em movimento. Estudos Avançados, 17 (49), 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n49/18400.pdf>. Último acesso em 26 de dezembro de 2022.

CFESS Manifesta. 30 Anos do Congresso da Virada. São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/congresso.pdf>. Último acesso em 30/01/2017.

CFESS/CRESS. Neoconservadorismo e Serviço Social no cenário atual: começa o 44º Encontro Nacional CFESS/CRESS, Rio de Janeiro, 2015.

CISNE, Mirla. Serviço Social: uma profissão de mulheres para mulheres?: uma análise crítica da categoria gênero na histórica "feminização" da profissão. 2004. 202p. Dissertação (Mestrado) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Mestrado em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife (PE), 2004.

CRENSHAW, Kimberle. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171- 188, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>.

COLLINS, Patricia Hill. "Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória". Parágrafa, vol. 05, n.01, jan-jun 2017, p. 07-17. Disponível no endereço eletrônico: <http://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/559/506>.

_____. Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

CORRÊA, Mariza. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. Dossiê: Feminismo em Questão, Questões do Feminismo. Cadernos Pagu (16) 2001: pp.13-30.

CURI, Paula Land; RIBEIRO, Mariana Thomaz de Aquino & MARRA, Camilla Bonelli. A violência obstétrica praticada contra mulheres negras no SUS. Disponível:
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672020000300012. Último acesso em 27 de maio de 2022.

DAMASCO, Mariana Santos; MAIO, Marcos Chor, MONTEIRO, Simone. Feminismo negro: raça, feminismo negro: raça, feminismo negro: raça, identidade e saúde reprodutiva identidade e saúde reprodutiva no Brasil (1975-1993). Estudos Feministas, Florianópolis, 20(1): 344, janeiro-abril/2012.

DAVIS, Angela Yvone. Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitempo, 2016.

DOSSIÊ Mulheres Negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil / organizadoras: Mariana Mazzini Marcondes ... [et al.] Brasília, Ipea, 2013. 160 p.

ENGELS, F. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. 3. ed. São Paulo: Global, 1986.

FERREIRA, Gracyelle Costa. Raça e nação na origem da política social brasileira: União e Resistência dos trabalhadores negros. Tese de Doutorado: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2020.

GARCIA, Joana. Apontamentos sobre a controvertida centralidade da família no trabalho social. SER Social, Brasília, v. 20, n. 42, p. 30-54, jan-jun./2018.

GUERRA, Yolanda. A Dimensão Técnico-operativa no Serviço Social: Desafios contemporâneos. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2012.

GOMES, Camila de Magalhães. Gênero como categoria de análise decolonial. Dossiê: Gênero e sexualidade. Civitas, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 65-82, jan.-abr. 2018.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. (Organizadoras: Flávia Rios e Márcia Lima). 1ªed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

_____. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, n. 92/93 (jan/jun.). 1988, p. 69-82.
Disponível em:<<https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-categoria-polc3adtico-cultural-de-amefricanidade-lelia-gonzales1.pdf>>

HIRATA, Helena. "Mudanças e permanências nas desigualdades de gênero: divisão sexual do trabalho numa perspectiva comparativa". Friedrich Ebert Stiftung Brasil, Cadernos de Análise, outubro de 2015. Disponível no endereço eletrônico: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/12133.pdf>.

HOOKS, bell (2015), "Mulheres negras: moldando a teoria feminista". Revista Brasileira de Ciência Política, nº16. Brasília, janeiro - abril P-193-210.

IBGE. Estatísticas, dados populacionais e indicadores. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101629.pdf>. Acesso em: 13 de jun. de 2022.

IBGE. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2021. Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro:, 2021. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2021/12/Sintese-de-Indicadores-Sociais-Uma-analise-das-condicoes-de-vida-da-populacao-brasileira-2021.pdf>

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional – 9ª Ed. – São Paulo: Cortez, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Villela; Carvalho, Raul de. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. – 23ª ed. São Paulo. Cortez, 2008.

_____. O Serviço Social na cena contemporânea. In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Cortez, 2009.

_____. Serviço Social em tempo de capital fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social. 6ª edição: Cortez, 2011a, cap. 1 e 3.

_____. Renovação e Conservadorismo no Serviço Social – 11ª Ed. – São Paulo: Cortez, 2011b.

_____. 80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 128, p. 13-38, jan./abr. 2017 Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.09>. Último acesso em 16 de janeiro de 2018.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Bagoas (2007). Estudos Gay, Gêneros e Sexualidade.

KILOMBA, Grada. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogá, 2019.

LIMA COSTA, Claudia de. Feminismos descoloniais para além do humano. Estudos Feministas, v. 22, n. 3, p. 929-934, 2014.

LOBO, Lilia Ferreira. Os infames da história: pobres, escravos e deficientes no Brasil. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

LOURO, Guaciara Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, G. L. Org. O Corpo Educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2000. 174 p.

_____. Um Corpo Estranho: Ensaios sobre Sexualidade e Teoria Queer. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2004. 90 p.

_____. Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Ed. Vozes, 9ª edição, 2007.

_____. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. Proposições, v.19, nº 2, Campinas, 2008. 191 p.

LISBOA, Teresa Kleba; BAMBIRRA, Natércia V. “ENEGRECENDO O FEMINISMO”: A OPÇÃO DESCOLONIAL E A INTERSECCIONALIDADE TRAÇANDO OUTROS HORIZONTES TEÓRICOS. Revista Ártemis, vol. XXVII nº 1; jan-jun, 2019. pp. 270-284

LOSURDO, Domenico. Liberalismo. Entre civilização e barbárie. 2ª ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2020.

LUGONES, María. “Rumo a um feminismo descolonial”. Revista Estudos Feministas n. 22, vol.3, set/dez. 2014.

MACEDO, Goiacira Segurado; MACEDO, Kátia Barbosa. As relações de gênero no contexto organizacional: o discurso de homens e mulheres. Revista Psicologia Organizações e Trabalho. V. 4 nº 1. Florianópolis, jun. 2004.

MALTA, Lella. Prazer, Paniquenta: Desventuras Tragicômicas de Uma Ansiosa. 2020.

MARTINELLI, Maria Lúcia. Serviço Social. Identidade e alienação. São Paulo: Cortez, 1991.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. Lisboa. Avante, 1975.

MARX, Karl. “A lei geral da acumulação capitalista” In: O Capital. Contribuição à Crítica da Economia Política. São Paulo: Nova Cultural, 1985, cap. XXIII.

_____. O Capital. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATERNIDADE Escola. História. Disponível em: <<http://www.me.ufri.br/index.php/instituicao/historia.html>>. Último acesso em 15 de novembro de 2022.

_____. Carta de serviços aos cidadãos. Disponível em:

<http://www.me.ufrj.br/images/pdfs/pacientes/carta_de_servicos.pdf>. Último acesso em 15 de novembro de 2022.

_____. Fluxo de atendimento em casos suspeitos de coronavírus. Disponível em: <http://www.me.ufrj.br/images/pdfs/vigilancia/epidemias/2020/.pdf>. Último acesso em 15 de novembro de 2022.

_____. Neonatologia. Método Canguru. Disponível em: <http://www.me.ufrj.br/images/pdfs/protocolos/neonatologia/metodo_canguru.pdf>. Último acesso em 15 de novembro de 2022.

_____. Serviço Social: Protocolos de atenção. Disponível em: <http://www.me.ufrj.br/images/pdfs/protocolos/servico_social/servico_social_protocolo_da_atencao.pdf>. Último acesso em 15 de novembro de 2022.

MBEMBE, Achilles. Crítica da razão negra. São Paulo: n°1, edições, 2018.

_____. Necropolítica. Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: n-1 edições. 2018a.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da Pesquisa Social. In: Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro. Vozes, 2012.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. 2017. Revista Sociedade e Estado – Volume 32, Número 3, 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v32n3/0102-6992-se-32-03-725.pdf>>. Último acesso em 09 de fevereiro de 2018.

MORISSON, Toni. Playing in the Dark. Whiteness and the Literary Imagination. New York: Vintage Books, 1992.

NETTO, José. Paulo. O Movimento de Reconceituação. 40 anos depois. Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, No. 84, p. 519, Junho 2008.

PEREIRA, Cleyton Feitosa. Conexões entre os movimentos Feminista e LGBT no Brasil. Caderno Espaço Feminino. v.31. n.1. Uberlândia, MG. jan./jun. 2018.

PISCITELLI, Adriana. Gênero em Perspectiva. Cadernos Pagu, 1998: pp.141-155.

_____. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, H. & SZWAKO, J. (Orgs). Diferenças, Igualdade. São Paulo: Berlandis & Vertecchia, 2009.

PISCITELLI, Adriana. “Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras”. Sociedade & Cultura, v.11, n.2, jul/dez 2008.

RIBEIRO, Djalma. Quem tem medo do feminismo negro? São Paulo: Companhia das Letras; 1ª edição, 2018.

RUBIN, Gayle. Reflexionando sobre el sexo: notas para uma teoría radical de la sexualidad. In: VANCE, Carole (org.). Placer y peligro: explorando la sexualidad feminina. Madrid: Revolución Madrid, p.157-209, 1989.

_____. O tráfico de mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo. Tradução de Christine Rufino Dabat, Edileusa Oliveira da Rocha e Sonia Corrêa. Recife: SOS Corpo, 1993.

_____. “Tráfico Sexual – Entrevista”. Realizada por Judith Butler. Cadernos Pagu. Olhares Alternativos. Campinas, nº 21, segundo semestre de 2003, p. 157-209.

SAFFIOTI, H. (1979). A mulher na sociedade de classes: mitos e realidade. Rio de Janeiro: Rocco.

SAFFIOTI, Heleieth. “Rearticulando gênero e classe social”. In: COSTA, Albertina de Oliveira & BRUSCHINI, Cristina. Uma questão de gênero. Rio de Janeiro/São Paulo: Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas, 1992.

SAFFIOTI, H. I.B. Gênero, patriarcado, violência. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Kelly Cristine Martins dos; AZEVEDO, Nadia Pereira da Silva Gonçalves. Análise discursiva da posição sujeito das mulheres negras militantes reverberada pelo discurso de Sojourner Truth. Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 11-35, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/policromias/article/view/33589>.

SILVA, Joasey Pollyanna Andrade da; CARMO, Valter Moura do; RAMOS, Giovana Benedita Jaber Rossini. As quatro ondas do feminismo: Lutas e conquistas. Revista de Direitos Humanos em Perspectiva. Florianópolis, v. 7 | n. 1 | p. 101 – 122 | Jan/Jul. 2021.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Revista Educação e Realidade, v. 16, n.2. Faculdade de Educação, UFRGS. Porto Alegre. 1995. p. 57-69.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. Cegonha Carioca. Disponível em: <<https://www.rio.rj.gov.br/web/sms/cegonha-carioca>>.

TEIXEIRA, K. C. S.; GÓIS, J. B. H. Políticas Afirmativas de Emprego no Brasil: o caso do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça (2005-2016). Trabajo y Sociedad, Argentina, n. 35, 2020.

TRINDADE, Mably. Interseccionando Gênero, Raça e Diversidade Sexual: considerações sobre a produção intelectual no Serviço Social Brasileiro. ENPESS, 2022.

TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

YAZBEK, Maria Carmelita. Os fundamentos do Serviço Social na contemporaneidade. In: CFESS/ABEPSS. Capacitação em Serviço Social e política social, módulo 4. Brasília: UNB/CEAD, 2000.

Sites consultados:

<https://www.politize.com.br/feminismo-negro-no-brasil/>

<https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/wp-content/uploads/sites/178/2020/12/Resenha-Davis.pdf>

<https://www.observatoriodaimprensa.com.br/genero-e-inclusao/mulheres-invisiveis-que-resistem/>

<https://brasil.elpais.com/brasil/2021-03-17/os-estragos-invisiveis-da-pandemia-para-as-maes-solo.html>

<https://brasil.elpais.com/brasil/2021-05-11/80-das-maes-brasileiras-se-sentem-cansadas-com-as-responsabilidades-domesticas-na-pandemia-entre-pais-indice-e-48.html>

<https://mulheresnapanademia.sof.org.br/>